

Tribuna da Luta Operária

ANO IV — Nº 147 — DE 5 A 11 DE DEZEMBRO DE 1983

Cr\$ 150,00

Mandato-tampão é golpe contra eleições diretas

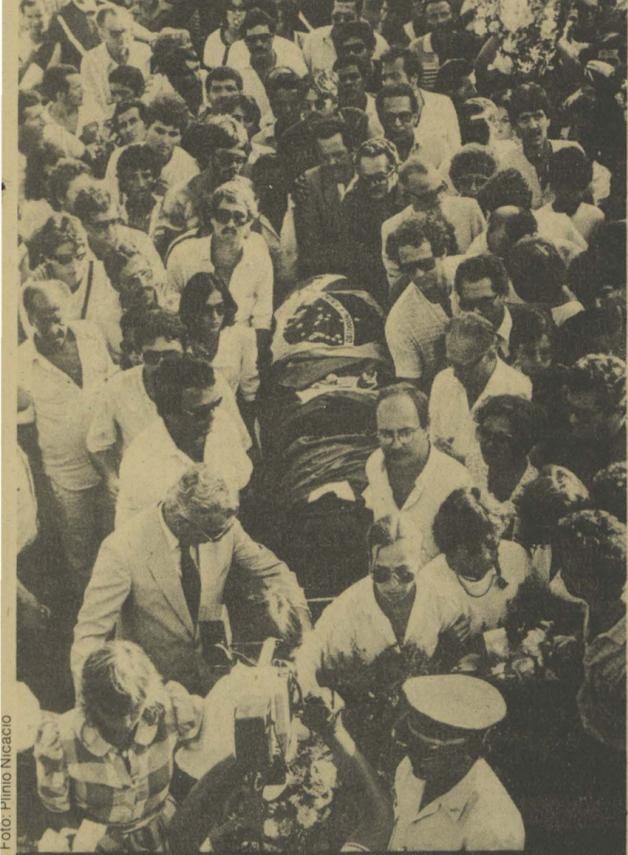
"O povo na rua é que vai conquistar as eleições diretas. O povo quer um presidente eleito por ele e não um presidente-tampão." — deputado Freitas Nobre (SP), líder do PMDB na Câmara Federal.

"O mandato-tampão é uma invenção estapafúrdia. Tenho certeza que o próximo presidente não será eleito pela via indireta. Se não for por eleições diretas, será pela sublevação popular".

— deputado federal Jacques Dornellas (PDT-RJ), ex-sargento cassado pelo golpe de 1964.

"A proposta do mandato-tampão é imoral. O povo não aguenta mais nem um mês de governo Figueiredo, que dirá dois anos. Exige o fim imediato desse regime e eleições diretas agora." — Aldo Arantes, deputado do Bloco Popular do PMDB de Goiás, ex-presos político libertado pela Anistia.

Leitão de Abreu, braço direito político do general Figueiredo, lançou a idéia no "Fantástico" da TV Globo: em vez de eleições diretas, um presidente biônico por dois anos, para não haver "radicalizações". Enquanto os 65 milhões de eleitores brasileiros reclamam em peso a volta às diretas, os generais teimam em eternizar seu regime. Página. 3.



Gente de todo o país no enterro de Teotônio

Oposição de luto com a morte de Teotônio Vilela

Em Maceió 30 mil brasileiros deram um emocionante adeus ao "Menestrel das Alagoas". Pág. 7

Bomba terrorista no debate com Amazonas

O dirigente do Partido Comunista do Brasil considerou um "ato de desesperados" a bomba colocada na Universidade Federal de Minas Gerais durante sua palestra sobre as saídas para a crise. Pág. 8

PM desaloja e espanca famílias em São Paulo

Crianças e mulheres atingidas pela selvageria policial no despejo do Conjunto Ipsesp, ocupado há uma semana. Pág. 8



Euler Ivo, vice da UVB

Três mil vereadores exigem as eleições diretas

Encontro Nacional de Vereadores vaiou Abi Ackel, pôs Maluf e Andreazza para correr, renovou sua entidade e exigiu as diretas. Pág. 4

Aprovado o projeto que restitui a autonomia a Anápolis

Anápolis, a segunda cidade de Goiás, já pode ter restituída a sua autonomia retirada em 1973 quando foi enquadrada como área de segurança nacional por sediar uma base aérea. Projeto restabelecendo a autonomia da cidade, de autoria do deputado federal Aldo Arantes (PMDB), foi aprovado na 5ª feira, 1º de dezembro, em Brasília.

Aldo Arantes, natural de Anápolis, considerou o fato "um pequeno mas importante passo na caminhada para a democracia. É para o povo anapolino, que tem amargado biônicos incompetentes e irresponsáveis, um raio de esperança".

Juntamente com Goiânia, Anápolis, com quase 200 mil habitantes, funciona como centro de serviços de comércio, inclusive para o Distrito Federal, redistribuindo produtos agrícolas do Estado e produtos industriais provenientes do sul. Um dos grandes anseios de seus moradores é eleger, pelo voto direto, o prefeito da cidade.

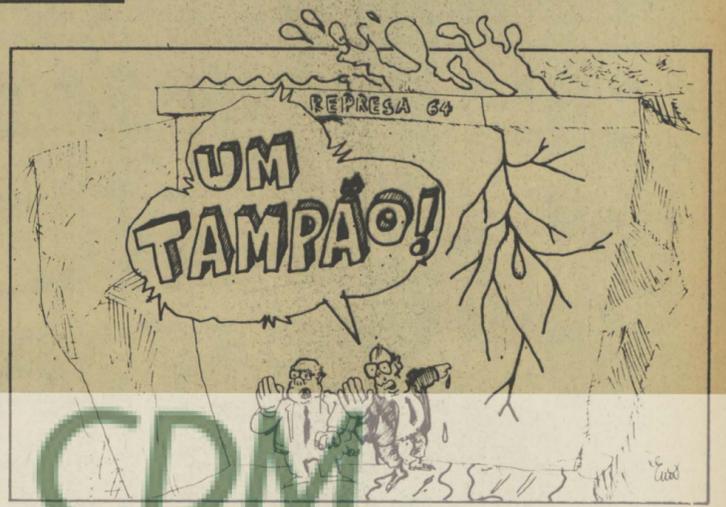


Foto: Sucursal

Na mesa, Alencar Furtado e o general Andrada Serpa

Nacionalistas tomam posição contra o FMI

Lançado em Curitiba, o Movimento Nacionalista Democrático repudia regime vende-pátria. Pág. 4



CDM

Centro de Desenvolvimento e Integração da Agricultura
Fundação Marechal Deodoro

Lavradores de 60 municípios acorrem à capital goiana. Pág. 5

EDITORIAL

Não ao continuísmo

Caiu a máscara. A conversa sobre eleições diretas, tão mal encenada pelo general Figueiredo, era puro diversionismo. O ministro Leitão de Abreu deixou ver de fato o que pensa o sistema: as Forças Armadas não abrem mão de nomear o próximo presidente da República, como vêm fazendo nestes 20 anos de regime militar. Como o Colégio Eleitoral que forjaram se desmoralizou, e corre o risco de ser subornado por Maluf, e como através de eleições diretas só se elege quem for opositorista, a fórmula continuísta dos generais é agora o tal mandato-tampão.

É um golpe branco em andamento. O governo viu fracassar todos os seus planos e agora quer tempo para recompor suas fileiras e forjar novos casuísimos, como também vem fazendo desde 1964, para manter o monopólio do poder sob controle dos generais.

Ao contrário do que pretendem os donos do poder, se insistirem nesta ofensiva golpista, em vez do acomodamento das coisas devem colher grandes tempestades. O confronto com o governo abrangente hoje, além das amplas massas populares, segmentos significativos das classes dominantes e até mesmo parcelas do PDS. O regime chegou ao fim, não é mais possível inventar mágicas para recompor este organismo deteriorado.

No extenso campo oposicionista ainda existem os que acreditam na possibilidade de acordos de cúpula com o governo para negociar uma transição sem rupturas. Mas a realidade exige que se levante um impetuoso movimento de massas para impedir o golpe, e para conquistar um novo governo, que signifique exatamente uma ruptura em profundidade com o regime militar e com toda a sua corte de traição nacional, de opressão ao povo e de corrupção desenredada.

Para quebrar o marasmo e as

vacilações de setores oposicionistas das classes dominantes, urge que o povo levante a voz e grite bem alto que o rei está nu, ou melhor, que este governo está morto e precisa o mais depressa possível de uma tumba. A iniciativa popular deve deixar bem claro, para o governo e para os vacilantes da oposição, que qualquer conchavo nos bastidores, qualquer negociação sem o povo só pode resultar em acordos vazios, fadados a serem atropelados pela crise.

Para fechar os compromissos da dívida externa o governo recorre a novos empréstimos com os banqueiros internacionais e submete o país a novos acordos com o FMI, destroçando impiedosamente o pouco que resta da soberania nacional. Toma medidas econômicas agravando brutalmente a fome e a miséria dos trabalhadores e esmagando ainda mais a indústria nacional. Ou seja, trata os problemas da crise do ponto de vista dos interesses dos grandes monopólios estrangeiros, atirando sobre cem milhões de brasileiros os mais graves sofrimentos.

Fica patente que a saída para a crise só pode ser política. E como os generais manifestam publicamente a decisão de se aferrarem ao poder a todo custo, a situação aponta para grandes confrontos.

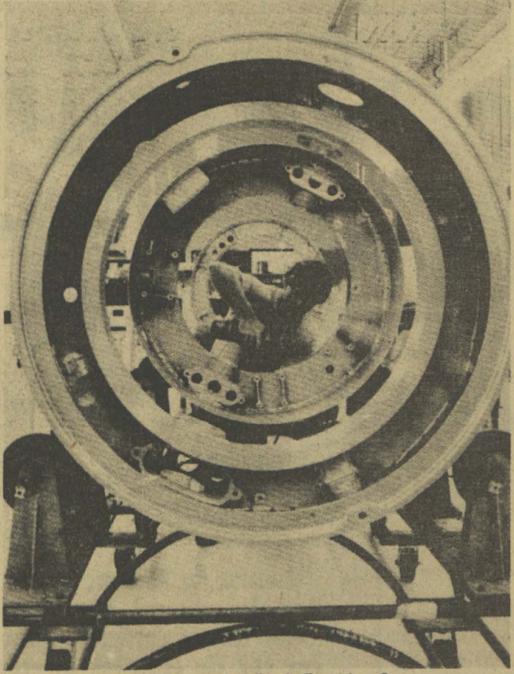
Esgotam-se as chances para a sobrevivência deste regime. O povo já não tolera a continuidade do arbítrio. Ao mesmo tempo que desencadeia uma poderosa campanha nacional de massas pelas eleições diretas e contra o golpe do mandato-tampão, o povo deve estar preparado para uma crise de poder que liquide subitamente o governo atual. De uma forma ou de outra, a questão-chave é a batalha intransigente pela liberdade política e pela entrega do poder a um novo governo, que represente o povo e as forças democráticas e patrióticas.

Disputa entre EUA e URSS em nova fase

A disputa entre os dois gigantes imperialistas, Estados Unidos e União Soviética, atravessa uma nova fase muito mais acirrada e perigosa. Com a chegada dos primeiros componentes dos mísseis americanos Pershing-2 na Alemanha Ocidental, os soviéticos abandonaram as negociações em Genebra. A escalada armamentista entra em ritmo febril.

Nos últimos anos, as duas superpotências vêm dispondo suas forças e seus recursos em função da ocupação de espaços para um futuro confronto armado.

Este expansionismo guerreiro, em especial do imperialismo yanque, utiliza da agressão aberta em diversos pontos do globo. É o caso da invasão de Granada pre-



Estados Unidos produz mais mísseis Pershing-2

parando o ataque à Nicarágua, bem como a ocupação direta do Líbano, ameaçando intervir em todo o Oriente Médio.

A corrida às armas norte-americanas, com a instalação de 572 mísseis Cruise e Pershing-2 na Europa, cumpre um duplo objetivo: desenvolver a capacidade de lançar um ataque fulminante e arrasador contra a URSS, no caso de um confronto aberto entre os dois gigantes, e arruinar a economia soviética, exaurindo a sua capacidade de investir em gastos bélicos. O poderio econômico do imperialismo norte-americano não só é muito maior do que o soviético, como domina extensões muito mais vastas do mundo.

A URSS tem muita dificuldade de acompanhar a escalada yanque: enquanto Washington gasta oficialmente cerca de 6% do seu Produto Interno Bruto com armamento, Moscou é forçado a gastar mais de 16%. Por isso Reagan não abre mão de tomar a dianteira nesta ciranda mortal, que deixa a humanidade à mercê de uma potência de fogo capaz de destruir 64 vezes consecutivas toda a vida animal e vegetal do planeta!

Este quadro coloca cada vez mais os soviéticos na defensiva política em relação aos EUA. A própria retirada das "negociações de paz" de Genebra representou um certo "blefe" de Andropov. Em outubro, os dirigentes revisionistas de Moscou já haviam ameaçado parar todas as negociações sobre armamento nuclear quando os primeiros componentes dos mísseis Cruise e Pershing chegassem à Europa.

No fim das contas, a URSS só se retirou das negociações sobre a limitação de armas de médio alcance (INF), continuando nas negociações sobre a redução dos mísseis balísticos intercontinentais (Start) na mesma cidade de Genebra. Em seguida Andropov enviou cartas aos governantes das potências européias ocidentais, praticamente implorando para estes intercederem junto a Washington pela continuidade das negociações.

Por outro lado, a URSS instalou 117 mísseis nucleares SS-20 em treze bases de sua região oriental, perto da fronteira com a China, e ameaçou colocar "nos oceanos e nos mares" mísseis apontados diretamente contra os Estados Unidos. (Luís Fernandes)



Os soviéticos exibem os seus foguetes nas ruas de Moscou



Guerrilheiras palestinas: a força na unidade

Ato de apoio aos palestinos, no Rio de Janeiro

Por ocasião do dia 29 de novembro, data consagrada pela Organização das Nações Unidas desde 1977 como Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino, realizou-se no Rio de Janeiro uma semana de atividades. Ao todo, cerca de mil pessoas participaram das atividades — exposição, filmes, debates.

O ponto alto foi a sessão especial na Câmara Municipal do Rio, na segunda-feira, 28. Representantes de amplos se-

tores da população fizeram ouvir a sua mensagem de solidariedade internacional. Vereadores de todos os partidos pronunciaram-se a favor da causa palestina. Estiveram presentes o representante da ONU, Raul Trejos e da OLP, Farid Sawan, entre outros. O deputado estadual Alexandre Farah, do PDT, condenou energicamente as tentativas de liquidar ou colocar sob controle a revolução palestina por diferentes potências.

(da sucursal)

A nota dos comunistas

Na sessão da Câmara do Rio de Janeiro em solidariedade ao povo palestino, foi lida — e muito aplaudida — a mensagem da Comissão pela Legalização do Partido Comunista do Brasil. "A Comissão pela Legalização do Partido Comunista do Brasil saúda com muita emoção a realização da Semana de Solidariedade ao Povo Palestino que se realiza no Rio. O heróico povo da palestina enfrenta com singular bravura um dos regimes mais criminosos e assassinos do mundo contemporâneo. Armado, financiado e sustentado pelo imperialismo norte-americano, o Estado de Israel move uma autêntica guerra de extermínio contra os povos árabes. No centro deste impulso genocida encontra-se o povo-irmão da Palestina, expulso de suas terras, forçado a sobreviver espalhado por diversos países e vítima da mais feroz opressão nacional no interior das fronteiras do Estado de Israel.

"No início desta nova

diáspora, muitos dirigentes imperialistas ocidentais choravam lágrimas de crocodilo afirmando que dentro de uma geração já não haveria mais povo palestino. Hoje, 35 anos depois, a consciência nacional palestina pulsa mais forte do que nunca, vanguardada pela OLP, apesar de todo o terror, de tanto sofrimento e de tantos massacres. O segredo desta vitalidade reside justamente na unidade e independência da causa palestina. Estamos certos de que esta unidade do povo palestino e de todos os demais povos árabes será mais forte do que todas as intrigas e armas do imperialismo.

Na sua luta, o povo palestino pode contar com o apoio incondicional e enérgico dos comunistas que lutam pela legalização do PC do Brasil. O povo palestino vencerá. Viva a solidariedade militante e combativa entre o povo do Brasil e o povo da Palestina. Viva a OLP. Viva a luta do povo palestino."

Morreu Manuel Scorza, escritor do povo peruano

Num acidente de avião, no domingo, 27, morreu Manuel Scorza. Este escritor peruano, filho de trabalhadores rurais, narrou em sua obra a saga de seu povo na luta pela terra. Seus personagens, reais ou fantásticos, misturam-se no universo de opressão e luta. Foi um dos maiores escritores latino-americanos. Capaz de expressar com grandeza literária os confrontos de seu povo com as grandes companhias estrangeiras, como a Cerro de Pasco Corporation, que dominou as melhores terras do altiplano peruano, expulsando lavradores, assassinando líderes, movendo uma guerra insana contra o povo que ali habitava desde antes da descoberta do continente.

A obra de Scorza forma um ciclo épico de cinco romances: "Bom Dia para os Defuntos", "Garabombo, o Invisível", "O Cavaleiro Insone", "Cantar para Agapito Robles" e o "Túmulo do Relâmpago". Ajudou a libertar presos políticos como Hector Chacon, personagem de "Bom Dia para os Defuntos", e denunciou a morte de líderes camponeses por envenenamento e não por "ataque cardíaco coletivo". Versão oficial da Corte Suprema de Justiça de Cuzco para o assassinato em massa de camponeses por jagunços de multinacionais em atividade no Peru.

Nascido em Lima, em 1928, precisou fugir para o México



Manuel Scorza: trágico fim

no início dos anos 50, quando militava contra a ditadura do general peruano Manuel Odría. No final da década de 50, voltou ao Peru, onde procurou editar livros de bolso de autores populares. Ao mesmo tempo, alinhava-se aos camponeses que, de 1950 a 62, se negaram a ceder suas terras a uma poderosa companhia de mineração norte-americana.

Em 1967, voltou à França, ao exílio, publicou seus romances que relatam a experiência política anterior. Retornou ao Peru em 1978 para ser candidato, de um pequeno partido de esquerda, às eleições da Constituinte. Morreu no acidente com o Boeing da Avianca que iria levar alguns artistas para um encontro em Bogotá. Com ele, morreram Marta Traba e Angel Rama, além dos pintores colombianos Jairo Telles e Tiberio Vanegas, o escritor Ernesto Sabater e o escritor mexicano Jorge Ibarquengoytia.

500 mil uruguaios nas ruas contra a ditadura

No último domingo, 27, meio milhão de uruguaios tomaram as ruas de Montevideo e de outras cidades do país exigindo o fim da ditadura militar e eleições livres e diretas em 1984. O número de manifestantes representa um sexto da população total do país, de 3 milhões de habitantes. O ato por "Liberdade, Democracia e Trabalho" foi o primeiro a reunir, desde 1938, todas as correntes políticas do país em torno de reivindicações democráticas comuns. Foi um verdadeiro plebiscito nacional de condenação ao regime militar.

Foi lido um manifesto dos partidos políticos exigindo a restauração da democracia: "A vitória está próxima e segura — diz o texto. Dará lugar a uma pátria em que só estarão proscritas as arbitrariedades e a injustiça, uma pátria sem perseguidos e, fundamentalmente, sem perseguidores". Grupos de manifestantes que passavam em frente à prisão onde está encarcerado há dez anos o dirigente da Frente Ampla, General Liber Seregni, gritavam: "Seregni amigo, o povo está contigo".

Pinochet confina trabalhadores

A sanguinária ditadura do general Pinochet, no Chile, condenou ao degredo — confinando no extremo norte do país — 26 trabalhadores acusados de agredir policiais (!) durante uma tentativa de saque a supermercado na periferia de Santiago, no dia 24 último. Os policiais atacaram os trabalhadores, e estes se defenderam. Sem hesitar outro remédio para a fome, Pinochet reprime os famintos...

Falha tentativa de derrubar Bouterse

O governo militar do Suriname anunciou, no último dia 29, ter sufocado a terceira tentativa de golpe este ano e a prisão de dez "conspiradores". O vice-comandante da polícia militar local, sargento-major Marcel Zeeuw, anunciou que os serviços de repressão da ditadura estão "caçando mais conspiradores envolvidos na tentativa de golpe contra o regime do tenente-coronel Desi Bouterse".

CIA confessa seu fiasco na Nicarágua

A Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) admitiu, no dia 25, que os grupos que financiam para lutar contra o governo sandinista "de maneira alguma" conseguiram tomar o poder na Nicarágua. O serviço de espionagem internacional do governo Reagan, em um informe secreto entregue ao Congresso dos EUA, confessa que os grupos pró-imperialistas não conseguiram apoiar popular na terra de Sandino.

Protestos contra Marcos, em Manila

Vinte mil trabalhadores, no dia 24, e vinte e oito mil, no dia 25, saíram às ruas de Manila, capital das Filipinas, exigindo o fim da ditadura pró-americana de Ferdinand Marcos. Os manifestantes levavam faixas com os dizeres "Marcos, fora", "Renuncie", "Marcos, Hitler, ditador, cão" e "Feliz aniversário, Ninoy" (apelido de Benigno Aquino, líder oposicionista assassinado quando regressava ao país, em 21 de agosto).

Antecipadas as eleições no Japão

O primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone viu-se obrigado a convocar eleições para o próximo dia 18, no Japão — seis meses antes do previsto! Desde o dia 12 de outubro, quando o ex-primeiro-ministro Tanaka foi condenado à prisão por crime de corrupção no "escândalo Lockheed", os partidos de oposição faziam boicote às sessões do Parlamento, exigindo a antecipação das eleições.

AABA envia mensagem ao povo da Albânia

A Associação de Amizade Brasil-Albânia enviou ao povo albanês uma mensagem de congratulações pela passagem do 71º aniversário da proclamação de Independência Nacional daquele país e 39º aniversário da Libertação da Pátria e do triunfo da Revolução Popular. A AABA destaca, na mensagem: "Só o regime socialista assegura a liberdade e o bem-estar para os trabalhadores, a independência e a soberania da Pátria".

Tribuna Operária
Cr\$ 150,00

Pesquisa revela os números da miséria:

- ➔ 80% ganham até 3 salários mínimos
- ➔ 10 milhões ganham até 1/2 salário
- ➔ 21 milhões ganham salário

Tribuna Operária, o melhor presente para este Natal!

Na assinatura anual, você ganha 17 exemplares da sua imprensa operária. Com a assinatura semestral, você também paga apenas Cr\$ 70,00 por exemplar. É informação sem inflação...

Desejo receber em casa a Tribuna Operária

() Anual de apoio (52 edições)	Cr\$ 10.000,00
() Anual comum (52 edições)	Cr\$ 5.000,00
() Semestral de apoio (26 edições)	Cr\$ 5.000,00
() Semestral comum (26 edições)	Cr\$ 2.500,00
() Exterior, anual	70 dólares

Envio cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., Rua Adoniram Barbosa, 53 (antiga Travessa Brig. Luiz Antonio) - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP 01318

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
Profissão: _____ Data: _____

Fundação de Documentação e Memória
Fundação Alcindo Guanais

Um tampão contra a eleição direta

Finalmente o governo deixou escapar claramente o que pensa sobre o processo sucessório. "Para evitar a radicalização" entre os que são pela realização de eleições diretas e os que defendem eleições indiretas, disse o Ministro Leitão de Abreu, "seria menos traumático" um mandato-tampão, que poderia ser de uns dois ou três anos.

Em primeiro lugar isto é uma confissão de fracasso. Os generais pretendiam indicar tranquilamente o novo presidente através da tal coordenação do presidente Figueiredo. Mas a crise econômica e política atropelou estes planos. A decomposição do regime é de tal ordem, que Figueiredo já não consegue controlar a luta política e as disputas pela sucessão.

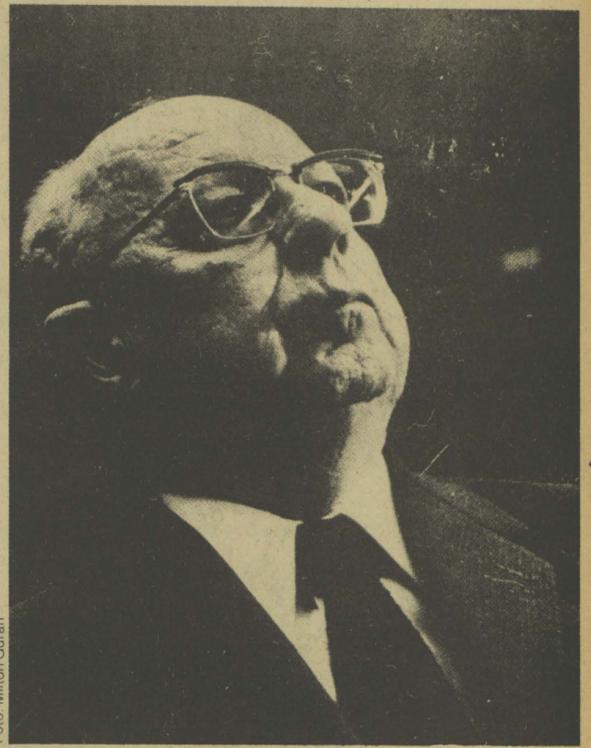
De outro lado, é uma comprovação do que já se sabia há muito tempo: os generais não abandonarão voluntariamente o Palácio do Planalto. Por isto tentam uma manobra desesperada: oferecem aos conciliadores a promessa de eleições diretas para depois, desde que agora aceitem um presidente-tampão indicado por eles — que pode ser o próprio Figueiredo.

O tal governo-tampão seria a oportunidade para que os donos do poder promovessem outras alterações nas regras do jogo e tentassem criar condições para um tipo de sucessão que os mantivesse no comando. Mas como a realidade não se casa com as ambições dos militares, o mais provável é que no fim desta prorrogação crie-se uma nova "situação extraordinária", que exija novas falcaturas. Afinal, depois do primeiro mandato-tampão,

outros podem se suceder. E as eleições diretas... bem, há 20 anos que os generais juram fazer deste país uma democracia.

O pretexto de evitar uma radicalização entre os que são a favor das diretas e os partidários das indiretas, não resiste ao menor sopro, uma vez que a nação em peso exige as eleições diretas. Inclusive parcela considerável dos governadores do próprio PDS, assim como parlamentares e dirigentes deste partido. Contra mesmo, de forma declarada, só os malufistas e outros "presidenciais", como Andreazza, que ainda têm esperanças na compra dos delegados do Colégio Eleitoral. E, como fica evidente, os próprios generais que, ao invés de dizerem isto com todas as letras mandaram Leitão de Abreu ensaiar a manobra do mandato-tampão.

Tamanho é o desgoverno entre as fileiras do regime que, logo após as declarações de Leitão, o porta-voz da Presidência, Carlos Atila, veio a público para dizer que a proposta de mandato-tampão era "apenas especulação". Quer dizer então que o chefe da Casa Civil, que é o coordenador político da equipe governamental, vai à televisão, no Fantástico, um programa de audiência nacional, simplesmente para uma "especulação"? Se



Leitão no "Fantástico": tampão, sim; voto popular, só depois

for assim, não se pode dar mais o menor crédito a esta equipe e ao seu coordenador. Mas, se a oferta for séria, também não se pode levar a sério os seus proponentes, pois é inadmissível um governo que fracassa em seis anos no poder, vir pedir mais dois ou três anos de prorrogação.

O grande problema é que ao povo só interessa a substi-

tuição rápida deste governo e o fim do regime militar. Qualquer manobra para mudar as normas eleitorais e impedir que os brasileiros escolham governantes comprometidos com os trabalhadores, com as correntes progressistas da nação, com a democracia e com a soberania nacional, está inevitavelmente fadada ao fracasso.



Na praça em frente ao estádio do Pacaembu, o povo viu uma unidade ainda precária

Festa-comício em São Paulo reúne 15 mil

Cerca de 15 mil pessoas estiveram na festa-comício do dia 27, em São Paulo — a primeira tentativa de manifestação conjunta do PT, PMDB, PDT, CUT-São Bernardo, Conclat-Praia Grande e UNE, pelas eleições diretas para presidente da República. Ali afloraram as questões que precisam ser enfrentadas para aglutinar grandes massas na campanha pelas diretas.

A princípio o ato foi convocado exclusivamente pelo PT e as lideranças petistas da CUT-São Bernardo, correndo num círculo ainda vincado pela estreiteza. Apenas na semana final, ampliou-se, quando já era tarde para uma reversão de fato nas proporções da convocação.

O PMDB, maior partido oposicionista de São Paulo, fez-se representar oficialmente no ato, pela presença de seu presidente regional, senador Fernando Henrique Cardoso. Não houve, porém, a correspondente mobilização do aparelho partidário, das máquinas dos governos estadual e municipal, que teriam ajudado em muito para um comparecimento maciço. Falando à TO na véspera da manifestação, o governador Franco Montoro apoiou-a, mas sem ênfase: "É mais uma manifestação — disse — ao lado das quais estão se realizando e que merecem total apoio de todos".

Resultado dá um comício com participação razoável, contudo bem menor do que a esperada. E a nítida predominância de correntes petistas, sobretudo de origem pequeno-burguesa, deu lugar a episódios de sectarismo, como as vaias que quase impediram de falar o representante da Conclat-Praia Grande, Rogério Magri. Independente do juízo que se faça de Magri como dirigente sindical, é óbvio que isso não ajudou a impulsionar a luta pelas diretas.

HOMENAGEM A TEOTÔNIO

O ponto alto da manifestação foi a homenagem prestada a Teotônio Vilela. Chorando, a atriz Ester Goes anunciou a morte do Senador da Anistia, poucos minutos antes. Fez-se então um minuto de silêncio, rigorosamente respeitado pelos 15 mil presentes,

com exceção de uns poucos agentes infiltrados. Também em homenagem a Teotônio, o conjunto "União e Olho Vivo" interpretou a música "Silêncio", do sambista paulista Geraldo Filme. E vários oradores que se seguiram ressaltaram o exemplo de firmeza dado pelo velho senador na luta pelas eleições diretas.

Por fim falaram os representantes dos partidos. Rogê Ferreira, do PDT, foi ouvido em silêncio e até aplaudido, embora seu recente companheiro de legenda, Adhemar de Barros Filho, tenha levado uma sonora vaia. Também vaiado por um segmento da platéia, que decididamente não estava empenhado em somar forças pela conquista das eleições diretas, falou em seguida o orador do PMDB, deputado José Gregori, que terminou se impondo ao defender com energia uma "aliança do povo" e uma campanha ofensiva para reestabelecer o pleito direto para a Presidência.

O último a falar foi Luís Inácio "Lula" da Silva, presidente nacional do PT. Ao contrário de Jair Menegheli — que inexplicavelmente centrou toda a sua falação na tentativa de minimizar a campanha pelas diretas, sublinhando as limitações do voto, dizendo que "não menos importante" é a luta contra a intervenção nos sindicatos, etc. —, Lula declarou-se disposto a levar adiante a luta para que o povo eleja o presidente. Evitou atacar outros segmentos oposicionistas e manifestou-se por novas ações unitárias de massas, para vencer as artimanhas do regime em favor de um acordo de cúpula do tipo mandato-tampão.

Assim, as oposições continuam devendo ao povo paulista, sequioso de eleições diretas, uma manifestação à altura deste sentimento generalizado.

Comitês por eleições diretas nascem no Rio

A campanha por eleições diretas para presidente da República já tem como frutos concretos, no Rio de Janeiro, a criação de três comitês. O primeiro foi criado na zona suburbana da Leopoldina, há cerca de três meses. Posteriormente fundou-se o Comitê Rio de Janeiro, de caráter estadual. E mais recentemente se estruturou o do município de Niterói.

Todos esses comitês têm caráter unitário, suprapartidário, e contam com o apoio de entidades civis, democráticas, sindicais e populares. Antes de ser fundado, o Comitê Rio de Janeiro realizou várias plenárias, contando em média com a presença de 40 entidades. Fazem parte da sua coordenação a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), a UNE, a UBES, os partidos PMDB, PDT e PT, representantes da CUT de São Bernardo e da Conclat da Praia Grande, a Intersindical etc.

Os Comitês têm caráter amplo, democrático, e ao mesmo tempo, uma

marcante presença dos setores populares. Predomina a compreensão de que a conquista democrática do voto direto só será obtida por forte pressão das massas e, para isso, a campanha tem que ganhar as ruas. Nesta perspectiva, o Comitê da Leopoldina realizou quinze dias atrás um plebiscito na Praça das Nações, em Bonsucesso. Em duas horas de votação, com apenas duas urnas, 1.400 pessoas votaram: destas, 93% se pronunciaram a favor do pleito direto.

Além de votar, centenas de populares resolveram discursar defendendo eleições diretas para presidente da República, visando a "botar em Brasília gente que presta, que seja capaz de governar para o bem do povo e da Nação, e não os ladrões que lá estão". O plebiscito continuará a ser realizado em outras zonas e subirá os morros.

No próximo dia 7, o Comitê-RJ realizará um importante ato público na Câmara Municipal, às 18:30 h, para lançamento da campanha. Na oportunidade, será divulgado um abaixo-assinado que colherá milhões de assinaturas e será enviado ao Congresso Nacional. (da sucursal).

A campanha pelas diretas chega aos governadores

"A eleição direta do presidente da República é o caminho para a superação da nossa crise econômica, política e social" — afirmam, pela primeira vez num manifesto conjunto, os dez governadores estaduais da oposição. "As diretas vão se realizar, preparem seus títulos" — garantiu na cerimônia de lançamento o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB.

Estavam presentes, no Palácio dos Bandeirantes, os governadores de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Pará e Amazonas. Os demais governadores do PMDB e Leonel Brizola, do PDT, mesmo sem comparecer pessoalmente, fizeram-se representar ou expressaram seu apoio ao documento.

POSTURA DEFENSISTA

Isto dá ao manifesto um peso considerável. Seus signatários governam Estados que, como lembrou Franco Montoro, "representam mais de 70% da população brasileira, mais de 80% do nosso produto bruto, e sintetizam aquilo que é hoje a aspiração de todo o povo brasileiro". Também presenciaram a solenidade e assinaram o documento figuras como os deputados Sérgio Santos, do PT, e Farabulini Júnior, do PTB, entre outros.



Ulysses: "Um vulcão com lavas"; Tancredo: silêncio sobre o tampão

Entretanto esta representatividade, conferida por milhões de votos nas últimas eleições, não se refletiu ainda numa atitude dos governadores oposicionistas que rompa com o defensismo. Em geral, eles retringem-se às diligências para fazer aprovar uma emenda à Constituição no Congresso Nacional. Não atinaram até agora com a necessidade de uma verdadeira campanha de massas. Atentam mais para as

opiniões que vêm do Planalto, com quem esperam concluir um acordo, do que para os clamores do povo simples.

O governador Tancredo Neves, consultado sobre a tese governista do mandato-tampão, saiu-se pela tangente: "Eu nunca vi o mandato-tampão, a não ser o que está nos jornais; não sei quem se responsabiliza por ele, quem está propondo, em que ele consiste e o que objetiva. Não posso comentar" — afirmou à imprensa e agregou: "Eu acredito que o movimento de rua é necessário, pois vai gerar aquilo que democraticamente se chama de uma pressão sobre o Congresso. Mas a nossa grande batalha vai ser travada no Congresso".

AS CHAMAS DO VULCÃO

Já Ulysses Guimarães, que pronunciou o discurso mais enfático do dia em defesa das diretas, deu maior importância à mobilização popular. Indagado se havia alguma possibilidade de a eleição direta não ser alcançada, ele disse: "Eu não vejo qualquer possibilidade. Todo o país quer isto. A sociedade está muito mobilizada. Fazem comícios todo dia. A sociedade quer, os sindicatos querem, os empresários querem, os intelectuais querem, a imprensa quer... Um partido que se coloca contra a eleição direta é um partido que está convidando para uma solução fascista". Contudo, apesar disso e de



ter comparado o Brasil a um vulcão, que "já está expelindo chamas, lavas", Ulysses não chega a tirar todas as consequências desta sua análise: "A opinião pública — declarou — é o seguinte: os deputados e senadores, naturalmente, querem se reeleger, ou têm algum projeto político. Nós vamos mobilizar a sociedade. E nós vamos ver pelas manifestações populares se eles aprovam ou não esta decisão".

A despeito de suas vacilações atuais, os governadores, quando indagados diretamente, reconhecem a importância da participação popular. Como Iris Resende, para quem "isto é o mais importante de todo esse processo, porque indubitavelmente são as manifestações populares que têm sensibilizado os homens públicos". Poder-se-ia acrescentar que também serão elas que empurrarão adiante os setores moderados das oposições.

Opinião

A campanha que temos

A campanha por eleições presidenciais diretas ganha impulso. Um pouco aos trancos e barrancos, como tudo na vida, desenha gradualmente seu perfil. Mostra seus pontos débeis. Expõe também seu enorme potencial.

Nos governadores da oposição, ela é ainda por assim dizer uma campanha em banho-maria. Representando setores políticos e de classe vacilantes, eles, como se esperava, hesitam. Já no plano da movimentação popular, um comício em São Paulo esbarra numa unidade e num empenho insuficientes. Essas dificuldades,

de certa forma, se escoram umas nas outras.

Ocorre que a recíproca é verdadeira: cada passo na superação de um aspecto falho ajuda a corrigir os demais. E o elemento mais dinâmico no caso é a ação de massas.

O povo vai voltar às ruas pelas diretas, em São Paulo e pelo Brasil afora. Sua disposição é esta. Se ele sentir nas direções políticas seriedade e disposição para elevar-se acima das querelas de grupo, comparecerá em peso. E aí, sim, a vitória da campanha terá se tornado irreversível.

Centro de Estudos e Pesquisas em Política, Economia e Socialização
Fundação Getúlio Vargas



Foto: Ivan Bueno

Cerca de 3 mil pessoas lotaram o Colégio Estadual do Paraná, no lançamento do MND

Nacionalistas afirmam que FMI humilha o país

Com a presença de cerca de 3 mil pessoas, foi lançado no último dia 25, em Curitiba, o Movimento Nacionalista Democrático (MND). No manifesto, divulgado no ato, o MND afirma lutar pela independência e soberania nacionais e conclui: "Restabelecer e consolidar a democracia no país é compromisso inseparável da luta pela soberania nacional".

Parlamentares de vários partidos, dirigentes de entidades sindicais, estudantis e populares, e também militares participaram do ato de lançamento do MND. Conforme enfatizaram seus organizadores, o MND é uma organização suprapartidária que pretende unir amplos setores da nacionalidade na luta pela independência. Sua direção nacional atualmente é composta pelo deputado federal do PMDB paranaense Alencar Furtado, pelo general Andrada Serpa e por outras personalidades.

O manifesto afirma: "O capital estrangeiro como sangue-suga carrega para fora o principal da riqueza produzida em nossa terra. A dívida externa ascende à cifra de 100 bilhões de dólares. Para pagá-la o governo federal se submeteu a acordos com o FMI que afrontam a soberania nacional. Esta submissão ao FMI fere e humilha os brasileiros". Mas o MND também ressalta que, para romper os laços de dependência, é fundamental a mudança do regime político, com a democratização efetiva do país. Faz parte do seu programa a luta por eleições diretas, pela revogação da Lei de Segurança Nacional e de outras leis de exceção, pela liberdade e autonomia sindical, etc. E defende a "participação e mobilização popular" para conquistar a independência e a redemocratização.

"SOFREMOS O CALOTE"

No ato, presidido pelo deputado Alencar Furtado, os vários oradores exigiram o fim do mecanismo de espoliação que carac-



Na mesa do ato: governador Richa, Alencar Furtado e o general Serpa

teriza o pagamento da dívida externa: "A dívida já foi paga. Ninguém pode nos acusar de calote". Nós é que sofremos o calote", afirmou o general Andrada Serpa. Outro ponto comum em todos os discursos foi a atribuição de responsabilidade ao governo Figueiredo pela aplicação de uma política econômica que serve, antes de tudo, aos interesses do imperialismo. Neste sentido, vários oradores rechaçaram as teses de conciliação com o regime militar, de acordos de cúpula com o governo. O general Serpa, que se fez acompanhar de diversas lideranças militares, chegou a afirmar que "o fim da crise depende de uma solução política e a solução política depende da pressão do povo nas ruas".

O deputado Aldo Arantes frisou a necessidade de articulação do movimento nacionalista com as tarefas democráticas: "A conquista da soberania nacional passa pela conquista de liberdades políticas que permitam a plena manifestação e expressão das forças que atuam na sociedade. Os governos militares se instalaram em 1964 para entregar o país e o povo brasileiro à exploração do imperialismo. E isso só foi possível pela imposição de um regime fascista que se utili-

zou do arbítrio e da violência para tentar sufocar todas as manifestações de resistência". O deputado Haroldo Lima afirmou que o MND deve procurar corresponder à necessidade política de substituição do regime e do governo Figueiredo por um governo legítimo, identificado com as aspirações da ampla maioria dos brasileiros. Já o presidente da União Nacional dos Estudantes, Alcides Matos, reafirmou a tradição de luta nacionalista e democrática da UNE, lembrando a campanha do "petróleo é nosso". É o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Apolinário Rebelo, destacou a disposição da juventude de lutar pela reconquista da soberania nacional.

PRESENÇA DO PC DO B

Durante o lançamento foram lidas mensagens de apoio que chegaram de todo o país, entre elas uma do Partido Comunista do Brasil. Renato Rabelo, da Comissão Nacional pela Legalização do PC do Brasil, esteve presente ao ato, onde vários oradores se manifestaram pela legalização dos partidos que ainda vivem sob a imposição da ilegalidade. (da sucursal)

Emenda na LSN pode levar Delfim e Galvêas à prisão

O governo enviou ao Congresso um projeto de lei promovendo algumas pequenas alterações na Lei de Segurança Nacional, retirando seus artigos mais aberrantes. Aproveitando o ensejo, alguns deputados opositoristas apresentaram propostas de emendas. Entre elas, uma prevê punição por crime de traição nacional. E poderia levar Delfim e Galvêas a prisão.

O projeto de lei do governo está em tramitação urgente no Congresso Nacional e recebeu na comissão mista que o examina 120 emendas e dois substitutivos. Entre as emendas apresentadas destacam-se as dos deputados Aldo Arantes, Haroldo Lima e Luiz Guedes, os quais propõem a eliminação de seis artigos mantidos na LSN que contém aspectos altamente arbitrários visando a impedir a livre ação política dos cidadãos.

O deputado Aldo Arantes apresentou duas emendas retirando o artigo 17 (que pune a tentativa de mudança do regime vigente com a pena de 3 a 15 anos de reclusão) e o artigo 23, (que pune com reclusão de 1 a 4 anos o "crime" de incitação à subversão da ordem política e social). Para Aldo, este artigo "visa unicamente a impedir a atividade política do povo brasileiro".

TRAIÇÃO NACIONAL

Já o deputado Luiz Guedes apresentou duas emendas retirando do projeto os artigos 22 (que proíbe a propaganda da alteração da ordem política ou social) e 26 (que pune o chamado crime de calúnia ou difamação de autoridades, já previsto pela Lei de Imprensa e por outros diplomas legais).

O deputado Haroldo Lima, por sua vez, apresentou três emendas: duas retirando os artigos 16 (que pune quem integrar partido ou entidade que pregue a mudança de regime) e 25 (que

proíbe a livre organização partidária); outra emenda incluiu um novo artigo na LSN punindo o crime de traição nacional. Pela emenda, quem assinar em nome do governo ou de entidades públicas brasileiras acordos internacionais nos quais se abra mão da soberania nacional, será punido com a pena de 5 a 20 anos de reclusão. Se aprovada esta emenda, os ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas poderão ser julgados por crime de traição nacional e levados à prisão.

Justificando sua emenda, Haroldo Lima afirma: "Não se justifica que uma lei que pretenda defender a segurança da nação brasileira omita exatamente o crime de traição nacional". E continua: "Isso não impede a continuação da luta pela revogação integral da LSN. A inclusão desse artigo na LSN, ao lado da exclusão de seus artigos mais arbitrários, não consegue fazer com que esta lei deixe de ser um instrumento fascista".

3 mil vereadores pela eleição direta

Volta imediata das eleições diretas para presidente da República, prefeitos das capitais, estâncias hidromineiras e áreas de segurança; fortalecimento do Legislativo; reforma tributária. Estas as exigências da "Carta de Fortaleza", aprovada dia 25 pelo 20º Encontro Nacional de Vereadores — que começou com uma estrondosa vaia para o ministro Abi-Ackel.

Participaram mais de 3 mil vereadores das capitais e do interior de todos os Estados do país e, como era de se esperar, foi um encontro vivo, agitado, marcado por uma profunda insatisfação com o governo atual.

A antiga diretoria da União dos Vereadores do Brasil planejara fazer ali um comício dos "presidenciáveis" nas eleições indiretas. Falaria primeiro o ministro Abi-Ackel, depois Paulo Maluf, Mário Andreazza, César Cals, Virgílio Távora... Mas já na abertura a platéia vaiou em peso o ministro da Justiça, que tentou defender a escolha indireta do sucessor de Figueiredo. A vaia se repetia a cada membro do governo federal que era citado. E não vinha só dos vereadores de partidos opositoristas, mas também de vários eleitos pelo PDS, enquanto a maioria dos pedesistas silenciava-se e apenas uma pequena claqué teimava em aplaudir.

Depois disso, Maluf retirou-se prudentemente da capital cearense, "temendo as vaias", como noticiaram em manchete os jornais locais. César Cals, Andreazza e Virgílio Távora também não apareceram. E o plenário inverteu completamente o tom que a antiga direção da UVB queria impor.



Walter Feldman, ao centro, eleito para a coordenação da União dos Vereadores

Ocorre que a própria diretoria da UVB vinha sendo eleita em eleições indiretas, através de um colégio eleitoral manipulado. Os vereadores passaram, então, a exigir eleição direta também para a sua entidade. A diretoria simplesmente bateu em retirada, levando todas as teses, fichas e demais pertences da entidade. No dia seguinte, o prédio onde se realizou o Encontro apareceu fechado e cercado pela tropa de choque da PM, a pretexto de que havia ali uma bomba. Foi preciso a interferência da Assembléia Legislativa do Ceará para que o Encontro retomasse seus trabalhos, com uma mesa inteiramente renovada.

Num clima de repúdio unânime ao autoritarismo da diretoria anterior, processou-se a eleição direta da nova diretoria da UVB. Ao final do debate, optou-se pela escolha de dois vereadores de cada Estado, eleitos por bancada, até o próximo Encontro onde já se realizará a eleição por chapas. À frente da entidade neste período de transição ficou o vereador Paulo Siler, de Taboão da Serra, município da Grande São Paulo.

VENTOS DE MUDANÇAS

A nova diretoria e a "Carta de Fortaleza", com seu forte conteúdo político e nacional, mostram o sentimento democrático do Encontro de Vereadores. Walter Feldman, vereador da capital paulista, descreveu assim o estado de espírito que levou a esta virada na tradicional pasmação da UVB: "Dá para dizer hoje que nós, vereadores brasileiros, somos selvagens. Realmente rebelamo-nos com essa situação, de não ter dinheiro para o município, nem condições de fazer nada. O Congresso foi montado para haver um plenário dócil e passivo. Mas depois de 15 de novembro de 1982, e com uma crise destas, não é possível a manipulação".

O problema imediato que se coloca para a UVB, agora, é o reconhecimento jurídico das decisões. A diretoria anterior impetrou mandato de segurança tentando anulá-las, enquanto a direção eleita luta para que se reconheça a vontade soberanamente manifesta pelos vereadores presentes. (Euler Ivo Vieira, vereador de Goiânia, vice-presidente da UVB).

Brizola se desmascara na aliança com chaguistas

O governador Leonel Brizola, do PDT do Rio de Janeiro, resolveu dividir o desgaste de sua imagem perante a opinião pública convidando a bancada do PTB e os chaguistas do PMDB para integrar seu governo. Com a manobra, Brizola salta de uma bancada minoritária de 24 parlamentares do PDT para um confortável bloco de 46 deputados dispostos a apoiá-lo.

Brizola deixou muito mal os setores do seu próprio partido, em particular aqueles saídos do PMDB alegando não querer complicitade com os chaguistas. E jogou no lixo, também, sua promessa de ser duplamente oposição — ao governo federal e ao chaguismo. Atualmente o governador carioca defende o mandato-tampão do general Figueiredo e distribui cargos entre os fisiológicos do PTB e os chaguistas do PMDB...

A executiva do PMDB denunciou o acordo e desautorizou a bancada, convocando uma reunião do Diretório Regional para apreciar o assunto. Expressivas lideranças do próprio partido brizolista opuseram-se ao "Governo de Coalizão". O deputado Aginaldo Timóteo teve, inclusive, que ser contido numa reunião no Palácio do Governo para não agredir Leonel Brizola. E o deputado José Frejart denunciou: "Se um governo que sempre combateu o chaguismo faz alianças com essa corrente, nos perguntamos se amanhã, eleito presidente da República, não faria acordos com o FMI, o Delfim ou o Galvêas".

CRISE ADMINISTRATIVA

Brizola pediu ainda a renúncia de toda a diretoria do Metrô em função de acordos para formar o governo de coalizão. E demitiu cerca de 360 funcionários contratados pela Compa-

nhia Ted — Prestadora de Serviços. O Sindicato estava negociando a efetivação desses funcionários, que na maioria tinham quase cinco anos de casa. E, após as demissões, convocou um ato público de protesto contra as medidas "brizolistas".

No município do Rio de Janeiro o descontentamento também é grande. O prefeito Jamil Haddad demitiu-se. No seu lugar foi empossado o até então presidente do Banerj, Marcelo Alencar, que promete buscar a adesão de vereadores do PTB e PMDB para o "governo de coalizão". Todo o secretariado municipal colocou seus cargos à disposição, abrindo uma crise na administração da capital carioca.

Diante das críticas, Brizola diz confiar na própria intuição: "Final, eu já fiz alianças até com Plínio Salgado" — o chefe dos fascistas brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial. (da sucursal)

Coronel do Riocentro recebe promoção

No último dia 22, o Alto Comando do Exército divulgou a lista de promoções na área militar, afastando qualquer dúvida sobre o seu envolvimento em ações terroristas. O coronel Job Lorena, que presidiu o inócuo inquérito do Riocentro, foi promovido a general de brigada. Desta forma o regime militar retribuiu os bons serviços prestados pelo coronel que conseguiu esconder os culpados pela bomba que poderia ter provocado pânico entre os 20 mil jovens que lotavam o auditório do Riocentro para assistir ao show do 1º de Maio de 1981, no Rio de Janeiro.

O coronel Job tinha todas as pistas para revelar os terroristas. Afinal, o tiro havia saído pela culatra. Os dois militares do Doi-Codi — órgão de repressão do Exército — que diri-

giam o carro Puma com as bombas, deram azar. Uma delas explodiu no carro, matando o sargento Guilherme Pereira e ferindo gravemente o capitão Wilson Machado. Apesar do flagrante, Job deu o caso por encerrado, alegando falta de provas.

Caso levasse a sério o inquérito, teria punido o capitão e chegado aos seus mandantes. Teria que investigar, por exemplo, o envolvimento do general Gentil Marcondes, comandante do II Exército na ocasião, que confirmou que os dois militares eram do Doi-Codi e revelou que estavam em missão oficial. E teria que interrogar o general Newton Cruz, já que do seu gabinete em Brasília partiu a ordem para cancelar a segurança do Riocentro, o que facilitou a ação dos terroristas.



Job: condecorado por "méritos"

Operários da Otis acampam na fábrica

Na quarta-feira dia 28, quando a greve dos 900 metalúrgicos da Otis de Santo André chegava ao seu 13º dia, a multinacional americana desfechou um golpe traiçoeiro contra os operários. Anunciou a demissão "por justa causa" de 108 dos grevistas e a suspensão dos restantes, mais de 700. Apenas os 15 fura-greves não foram suspensos. Quando os metalúrgicos souberam, decidiram acampar dentro da fábrica. Quase todos pernottaram ali de quarta para quinta-feira, onde se encontravam no momento em que fechamos esta edição, recebendo a soli-

dariedade e doações de alimentos da população de Santo André e de diferentes entidades.

A greve na Otis objetiva conseguir reajustes salariais de 100% do INPC (62,4%), enquanto a multinacional insiste em aplicar o famigerado e já derubado decreto 2.045, oferecendo 80% do INPC (49,9%). O movimento, que faz parte da luta global de todos os assalariados contra a política de arrocho do governo Figueiredo, estendeu-se a várias outras metalúrgicas de Santo André, São Bernardo e São Caetano, que também pararam.

Vitória parcial na greve da Ford

Após três dias de greve, os 3 mil metalúrgicos da Ford do Ipiranga, na capital paulista, decidiram voltar ao trabalho na tarde de quarta-feira, dia 30, com algumas conquistas, entre elas o transporte. A multinacional americana, que se recusava a negociar, teve que ceder frente à pressão e coesão dos grevistas e à força da sua comissão de fábrica.

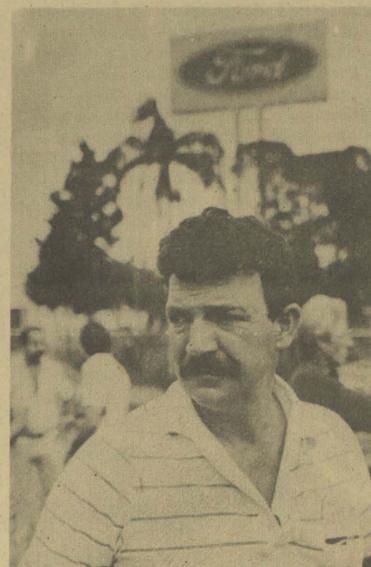
A paralisação se iniciou na madrugada de segunda-feira: os horistas entraram na fábrica, bateram o cartão, mas não ligaram as máquinas. Ao meio-dia os mensalistas dos escritórios aderiram à greve. E até os 300 operários das empreiteiras cruzaram os braços. A pauta de reivindicações dos 3 mil trabalhadores, elaborada pela comissão de fábrica após várias reuniões por setor e assembleias, incluía: condução para os funcionários; 6% de aumento de produtividade; e antecipação salarial trimestral. Ela foi entregue aos patrões no dia 9 de novembro, mas estes se recusavam a atendê-la.

ATRASO NA PRODUÇÃO

Antes da greve os operários usaram outras formas de pressão. Desde o dia 22 que todos entravam na firma juntos cinco minutos antes da hora, o que resultou num atraso na linha de produção de cerca de 30 minutos. Também pararam de fazer qualquer hora-extra e as compensações. Como a firma se manteve irredutível a greve começou, por proposta da comissão de fábrica, com apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Sua organização surpreendeu a todos. Não houve um só fura-greve. O supervisor Isidoro Pereira, aposentado que faz mais de 50 horas extras por mês, foi tirado de sua seção na marra. A chefia não teve espaço nem para pressionar: era só aparecer para os operários se aglomerarem para ameaçá-la. "A coesão da greve se explica pelas sentidas reivindicações", comenta Lúcio, coordenador da comissão de fábrica. "A firma tem condições de ceder. Nas outras unidades há condução; só aqui que 80% dos operários são obrigados a passar até quatro horas no ônibus. E a empresa passa por um período de prosperidade; é a que mais produz, vende e exporta".

Apesar da prosperidade, ela só aceitou conceder o transporte; criar o departamento social; crescer em 30% o número de promoções; e reclassificar os salários a partir de janeiro. Na assembleia de quarta-feira, 2 mil metalúrgicos resolveram aprovar este acordo. "Achamos melhor aceitá-lo. Ele contém algumas vitórias e não podemos colocar tudo a perder", explica Lúcio, que acrescenta: "O coletivo da firma saiu de cabeça erguida. E o mais importante: a greve aumentou nossa organização e fortaleceu a comissão de fábrica. Hoje ela tem mais autoridade: os patrões são obrigados a respeitá-la e os operários querem, acima de tudo, defendê-la de qualquer agressão".



Lúcio: "voltamos de cabeça erguida"

Agressões na Caloi contra o Sindicato

Um grupo de ativistas e dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi violentamente agredido no último dia 26, na porta da Caloi, em Santo Amaro. Antes do início de uma assembleia contra as horas-extras obrigatórias, capangas da firma e soldados da PM investiram com truculência. Resultado: nove sindicalistas feridos e um tiro disparado.

A violência se iniciou às 5:30 da manhã, logo após a caravana do Sindicato ter chegado à empresa, cumprindo decisão de assembleia anterior. Três dias antes, 1.300 operários haviam decidido não realizar as horas-extras obrigatórias no sábado e domingo e decretaram "estado de greve", exigindo o pagamento das compensações e do 14º salário.

Com esta fúria exploradora, a Caloi visa fazer um estoque no Natal. E os metalúrgicos já têm um triste exemplo deste estratagem, aplicado em 1982, que resultou na emissão de 600 empregados. Agora a empresa ameaça dispensar mais 400 dos seus 1.800 operários.

PATRÃO PUXA CABELO
Nem a presença de parlamentares como Aurélio Peres e Ida Maria na assembleia de sábado inibiu os donos da Caloi. Havia 50 chefetes e 15 camburões da PM preparados para a ação. "Quando o pessoal se aglomerava para a assembleia, começou a provocação e a pancadaria", afirma José Gregório, diretor do Sindicato. "Primeiro eles vieram

xingando, provocando. Depois começaram a dar chutes, pauladas e foram ajudados pela PM, com cassetete. Quebraram um cassetete nas minhas costas".

Quem comandou a operação foi o truculento major Nóbrega, da PM, que estava à paisana, e o próprio diretor proprietário da empresa, Bruno Caloi. "Quando eu vi um PM esmurando um companheiro fui pra cima dele, mas fui agarrada pelos cabelos pelo velho Bruno", garante a ativista Maria José. O Segurança José Silveira chegou a disparar seu revólver contra um dirigente sindical. E a vereadora Ida Maria foi agredida.

CAPANGAS COVARDES
Os dirigentes do Sindicato reconhecem vários capangas, entre eles: José Bringel, gerente de Relações Industriais; Nique, encarregado da expedição; José Correa, o Laú, encarregado da exportação; os seguranças Zé Galinha e Pedro Guarda. "Os chefetes foram usados como capangas da firma. Estavam desesperados. Sabem que o movimento está crescendo contra as horas-extras. São covardes, puxa-sacos dos patrões", afirma um dos ativistas.

Os operários reagiram: quatro soldados e um tenente ficaram feridos. E o clima no interior da fábrica é de revolta. Os dirigentes do Sindicato garantem que os operários devem cruzar os braços em breve para pressionar a Caloi a atender às reivindicações. O Sindicato também protestou junto ao governador Montoro, condenando a ação da PM.



Camburões da PM: de plantão na Caloi para impedir assembleia dos operários



Os trabalhadores percorreram as ruas de Goiânia em passeata pela reforma agrária

Bomba no ato pela reforma agrária em GO

Mais de 5 mil pessoas participaram do lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em Goiânia. Um grupo fascista jogou uma bomba de gás lacrimogêneo no Ginásio de Esportes, onde seria o ato. O lançamento, então foi transferido para a rua. E mesmo sob intensa chuva, os trabalhadores da cidade e do campo ficaram no local.



Caravanas de trabalhadores rurais de mais de 60 municípios de Goiás concentraram-se inicialmente na sede de sua Federação (a FETAEG). As 16 horas, debaixo de chuva, realizaram uma passeata, levando bandeiras e gritando palavras de ordem pela reforma agrária. Às 17h30m todos estavam no Ginásio da Universidade Católica, para a abertura da Campanha, quando crianças, mulheres e homens começaram a coçar os olhos ardentes. Uma bomba de gás lacrimogêneo fora jogada no local. Quase ocorreu uma tragédia... Graças às orientações dos organizadores do ato, não aconteceu um corre-corre de terríveis consequências no local.

O presidente da FETAEG, Amparo Sesil do Carmo, estava radiante com a combatividade dos trabalhadores presentes: "É uma demonstração de que o trabalhador unido tem força para levar a luta pela reforma agrária para todos os municípios goianos, assim como os demais trabalhadores brasileiros a levarão para todo o país".

O bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, presente, disse que "a reforma agrária virou uma bandeira nacional, porque está nas mãos do povo. O povo da cidade compreende que a luta

urbana é a mesma do campo, e o povo do campo compreende que sua luta é também a da cidade."

O deputado federal Aldo Arantes, do Bloco Popular do PMDB, que não pôde estar presente à solenidade (estava em Brasília, para a votação da emenda que restabelece eleições diretas nas capitais) falou à **Tribuna Operária** sobre a importância do acontecimento:

"O lançamento da Campanha pela Reforma Agrária em Goiás significará um marco na luta dos camponeses pela posse da terra. Goiás é um Estado onde predomina o latifúndio, enquanto milhões de camponeses não têm um pedaço de terra para plantar. Com a crise econômica, a luta de classes tende a se aguar. Aumenta a exploração dos capitalistas e latifundiários. E cresce a determinação dos camponeses de conquistar um pedaço de terra. A ditadura militar acoberta a espoliação e pilhagem dos camponeses, posseiros, bóias-frias. A luta pela reforma agrária radical está mais do que nunca na ordem do dia. Só com a conquista de um governo democrático será possível a conquista da reforma agrária. E para isto é necessária a participação dos mais diversos setores da sociedade."

(da sucursal)

Mulher exige maior atuação política

Eleições diretas, rompimento com o FMI, reforma agrária e participação das mulheres na executiva Nacional do Partido foram os principais pontos do documento aprovado no Encontro Nacional da Mulher Peemedebista, realizado nos dias 26 e 27 de novembro em Belo Horizonte. No dia 27, 600 mulheres se reuniram em Contagem para debater seus problemas.

Conscientes do potencial político que as mulheres representam por constituírem 41% do eleitorado brasileiro, representantes de 13 Estados brasileiros discutiram nestes dias questões que variavam da necessidade de uma campanha por eleições diretas para presidente da República ao controle de natalidade que o governo pretende impor à população.

Segundo a deputada federal Júnia Marise, do Departamento Feminino do PMDB mineiro, "as peemedebistas estão dispostas a sair às ruas em defesa das eleições diretas e buscar apoio de todas as mulheres do país, independente da sua sigla partidária". Já a advogada Sílvia Pimentel, uma das autoras do projeto do novo Código Civil da Mulher, acha que as mulheres devem participar mais dos destinos e da vida política do país. Segundo Sílvia, entre 1978 e 1982 a participação das mulheres na Câmara Federal subiu de 0 para 1,7%; e nas Assembleias Legislativas de 1,4 para 2,8% um número ainda insignificante.

Os Conselhos Estaduais foram apontados como uma forma eficiente para aumentar a participação da mulher na vida política, juntamente com os departamentos femininos em sindicatos e entidades. A professora Inês Teixeira Gomes destacou a necessidade de trazer as mulheres para o movimento sindical,

bem como de sensibilizar o movimento sindical para as questões da mulher.

O Encontro recebeu a visita do governador Tancredo Neves, de dirigentes do PMDB local e do deputado Ulysses Guimarães. O dirigente comunista João Amazonas também esteve presente e foi encaminhado à mesa. O senador Teotônio Vilela, falecido no dia 27, foi homenageado ao som do "Menestrel das Alagoas".

Ao final do Encontro foi tirada uma Comissão Nacional de Mulheres do PMDB, que encaminhará as lutas propostas até o próximo encontro.

ENCONTRO EM CONTAGEM

No dia 27, na cidade industrial de Contagem, 600 mulheres realizaram um Encontro convocado pela Comissão de Mulheres do PMDB, tendo a frente a vereadora Maria José Chiodi. As mulheres passaram o dia todo discutindo seus problemas, mas tendo como ponto central de suas reivindicações a defesa das eleições diretas para presidente da República e o rompimento com o FMI.

A alegria daquelas que, como diria a suplente de vereadora Lúcia Helena, "deixaram as panelas e os fogões para virem enfrentar a luta" se expressava nas palavras-de-ordem e no hino improvisado: "Olê, olê, as mulheres estão botando pra quebrar".

Aproveitando a presença do prefeito Newton Cardoso, as contageenses encaminharam reivindicações concretas, como a entrega dos lotes prometidos em campanha, a extinção das taxas de matrículas nos grupos da Prefeitura e a criação do Conselho Municipal de Mulheres. O prefeito marcou data para a entrega dos lotes e criou na hora o Conselho Municipal, presidido pela vereadora Maria José Chiodi.

(da sucursal)

Professores do Amazonas decidem continuar em greve

Após uma semana de greve dos 11 mil professores do Estado do Amazonas, uma gigantesca assembleia de 6 mil mestres decidiu por unanimidade continuar o movimento, por reajustes de 120% em dezembro (um professor com nível de 2º grau, hoje, ganha Cr\$ 57 mil). Num clima tenso, o presidente da Appam (Associação dos Professores), afirmou: "Não tenho medo da morte, quanto mais das ameaças do sr. Mestrinho

(governador do Estado). Hoje mesmo entrarei em greve de fome". Ao final, num gesto que comoveu a assembleia, 11 professores, abraçados, declararam-se também em greve de fome. A greve culmina uma mobilização de dois meses, que incluiu até uma paralisação didática: os mestres iam às salas de aula, mas para debater com os alunos os problemas da categoria.

(da sucursal)

Governo planeja dar calote nos funcionários da Delfin

A intranquilidade ronda os empregados da Delfin, que está há um ano sob intervenção. Dia 11 de janeiro acaba o período de intervenção do governo, e os 3.500 funcionários podem ficar desempregados. O ministro do Interior, Mário Andreazza, prometeu em abril último estudar uma forma de ninguém ser demitido, mas até

agora nada de concreto existe. Os funcionários querem ser absorvidos pela Caixa Econômica Federal. Os trabalhadores formaram uma Comissão de Mobilização e realizaram vários atos públicos, no Rio, buscando o apoio da população à sua luta. Agora pretendem uma audiência com Andreazza, em Brasília. (da sucursal)

(da sucursal)

Eleição no Sindicato da Construção de Salvador

Dois chapas e duas posições absolutamente opostas defrontam-se na campanha para eleger a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Salvador, no mês que vem. De um lado está o presidente atual, José Veloso, um pelego à moda antiga, que vai às assembleias com capangas armados de revólveres e tem estreita ligação com a Polícia Federal. De outro a chapa oposicionista de Washington de Souza, conhecido sindicalista casado e perseguido pela ditadura. Washington prevê fraudes na eleição, mas confia na vitória para dar vida



Washington de Souza

nova à entidade da categoria, em que o desemprego já castiga 80 mil trabalhadores.

(da sucursal)

Campanha pela reforma agrária chega a Zé Doca

Segunda-feira passada foi lançada no município maranhense de Zé Doca a Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Numa combativa manifestação de 500 camponeses na praça central da cidade, ecoavam os gritos de "Palavra de trabalhador não falha, vamos fazer a reforma agrária!" Zé Doca é um município onde teoricamente não devia

haver o problema da terra, pois desde os anos 60 atua ali a Companhia de Colonização do Nordeste (Colene), subsidiária da Sudene, que deveria promover o assentamento aos lavradores. A verdade no entanto é que também em Zé Doca crescem os latifúndios de um lado e massa sem terra do outro.

(da sucursal)

Movimento dos transportes consegue êxito em Aracaju

Após os protestos que resultaram em quebra-quebra de ônibus na semana passada em Aracaju (com 1.500 participantes, e não 6 mil como a TO erroneamente noticiou), o DCE da Universidade Federal, a Andes, o PMDB Jovem e o PT foram recebidos pelo governa-

dor João Alves (PDS). Este prometeu a volta dos ônibus ao campus universitário. E formou uma comissão com as entidades para estudar as reivindicações de meia-passageira para estudos, redução da tarifa e passe livre aos desempregados.

(da sucursal)

Químicos da Orquima param por salário e insalubridade

Os operários da Orquima, empresa química ligada à multinacional Gessy-Lever, entraram em greve na segunda-feira dia 28, contra o reajuste salarial arrochado pelo decreto 2.065. Com o apoio do Sindicato dos Químicos de São Paulo, eles

tomaram a decisão de parar depois que a empresa respondeu com um seco "Não" a uma tentativa de negociação.

Além de um maior reajuste, os grevistas exigem medidas contra a poluição na firma.



Operários da Caloi: agredidos pela polícia a mando do patrão

Dono da Caloi lança PM contra os operários

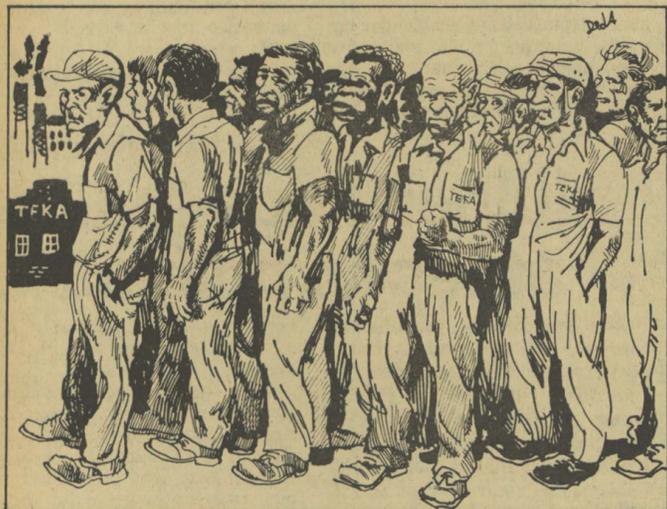
Através deste combativo jornal queremos denunciar que sábado, dia 26 de novembro em frente à Indústria de Bicicletas Caloi houve uma agressão de rara brutalidade. Foram agredidos vários ativistas e sindicalistas do Sindicato dos Metalúrgicos, parlamentares como Aurélio Peres (deputado federal e funcionário da Caloi), e Ida Maria, vereadora do PMDB, que foi violentamente espancada.

Participaram deste massacre mais de cem elementos, entre seguranças da firma, chefes da Caloi, policiais da PM (inclusive o famigerado capitão Nóbrega, que estava a paisana) e policiais federais.

Tudo isso devido à superexploração que a Caloi impõe a seus funcionários, obrigando-os a fazer hora-extra todos os dias, inclusive aos sábados e domingos. E quem não fizer é mandado embora. Os operários solicitaram a presença do Sindicato para fazer uma assembleia em frente da fábrica pelo fim da

hora-extra e pela estabilidade no emprego, pois a empresa, como é de seu costume, manda um número grande de funcionários embora. Para janeiro está prevista a dispensa de 400 operários.

O Sindicato, com estas agressões, foi impedido de realizar a assembleia com os operários. Estes fatos mostram a necessidade dos operários se organizarem no seu Sindicato de classe, para que seja levada uma luta conseqüente contra este regime militar de fome, desemprego e repressão! Os patrões da Caloi e outros procuram dividir a classe operária, jogando os operários contra o sindicato, quando é nosso legítimo representante, para que eles saiam ganhando. Mas nós, operários, não aceitamos esta suja manobra patronal e estamos junto do Sindicato, pois juntos somos fortes para defender nossos direitos. **operários e ex-operários da Caloi-São Paulo, SP).**



Patrões da Teka perseguem quem não faz hora-extra

Estamos escrevendo para contar como está a situação dos operários da indústria Teka em Eduardo Gomes, Rio Grande do Norte.

A turma aqui, apesar de não ter grande consciência política, tem uma grande combatividade e não aceita pacificamente ser dominada. Já fizemos uma greve. Pela primeira vez aqui as máquinas pararam. Os patrões querem nos forçar a trabalhar aos domingos e feriados. E nós não aceitamos, além de uma série de outras questões.

Parece que os patrões pensam que nordestino já é acostumado e a passar fome. Além da seca temos que enfrentar a incapacidade dos maus governantes. E além de tudo isso os patrões que vêm do sul e das multinacionais nos exploram com baixíssimos salários e ainda nos impõem uma série de exigências absurdas.

Os gerentes e os chefes querem que nós trabalhássemos todos os sábados, domingos e feriados, com a desculpa de que teríamos folga no final do ano. Perguntamos: Quem nos garante que teremos folga mesmo no fim do ano se todos os dias são demitidos muitos operá-

rios? Quem nos garante que mesmo que ainda estejamos na fábrica estas folgas serão dadas? E ainda tem mais: Quem é que agüenta trabalhar outubro, novembro e dezembro sem nenhuma folga? Isso pra gente é trabalho forçado. Foi esse o raciocínio de todos os operários da fábrica que não aceitaram assinar a relação que os patrões passaram entre os operários exigindo que trabalhassem sem parar até o final do ano.

Como os operários não aceitaram, os patrões começaram uma perseguição sem limite. Hoje por qualquer coisa o operário é demitido ou suspenso ou então os patrões saem aos gritos com os trabalhadores, sem respeitá-los como seres humanos.

Hoje há grande descontentamento entre os operários. Começa a se esboçar um novo nível de organização e discussão de todos os problemas que existem na fábrica. A partir daí então teremos que partir para um novo estágio de lutas se continuarem as mesmas pressões sobre os trabalhadores. **(um operário demitido da Teka-Eduardo Gomes, Paraíba).**

Líder sindical pede a vidreiros que se unam

A crise por que passa o país também atingiu a categoria dos vidreiros. Só nos últimos doze meses, aqui na Santa Marina, foram demitidos cerca de 300 companheiros sendo que desses alguns trabalhavam há mais de vinte anos na empresa. Para aumentar seus lucros e dividir os trabalhadores, a Santa Marina está contratando mão-de-obra temporária, que já atingiu os setores de decoração e embalagem. Além disso, faz contrato com outras empresas, alugando mão-de-obra de terceiros no setor de limpeza. E acreditamos que pretendem fazer o mesmo com o setor de segurança.

Fazendo isso, a Santa Marina paga menores salários para os que são admitidos dessa forma e também divide os trabalhadores, reduzindo aqueles que são ligados à categoria dos vidreiros.

Tudo indica que no setor da oficina e da manutenção ocorrerá a mesma coisa, já que na oficina de forma foram demitidos vários companheiros, enquanto o mesmo serviço dessa seção é mandado executar em outra empresa.

Como se não bastasse essa situação, o último acordo coletivo da categoria apesar do esforço da diretoria foi dos piores dos últimos 15 anos, por

que foi negociado à base do famigerado decreto-lei 2.065, que arrocha os salários de todos os trabalhadores do país. Precisamos combater esse decreto na prática, nos organizando em cada setor de trabalho e em cada empresa e junto com o Sindicato pressionar os patrões e reivindicar melhores salários para todos.

Sabemos que esta situação não atinge somente os vidreiros mas todos os trabalhadores do Brasil, pois todas essas dificuldades são fruto de uma política econômica voltada para os interesses do capital estrangeiro. Hoje o povo brasileiro está numa situação tão drástica com a total submissão do país ao FMI.

O responsável por essa submissão, pela entrega do país aos banqueiros internacionais, é o regime militar implantado no Brasil desde 64. Por isso, precisamos nos mobilizar na Santa Marina e demais fábricas do setor, procurando fortalecer o Sindicato, no sentido de somar não só os vidreiros, mas todos os trabalhadores, democratas e patriotas, para conquistar os nossos direitos à liberdade e à independência econômica do país. **(Antônio Fernandes da Silva-vice-presidente do Sindicato dos Vidreiros de São Paulo, SP).**



Metroviário é atacado por gang da rodoviária

Na TO nº 142 foi publicada uma denúncia sobre as condições de trabalho dos metroviários lotados no Terminal Rodoviário do Tietê.

Para se ter uma idéia dos problemas vividos pelos nossos companheiros, no último dia 8 de novembro o agente operacional I Antônio Prado sofreu uma covarde agressão por parte de alguns taxistas "arrastadores", que praticamente o lincharam no seu próprio posto de serviço. Isto por se sentirem incomodados diante de sua atuação de dar informações ao público quando chega na rodoviária de viagem e orientar principalmente aqueles que vêm do Nordeste. Isto é inaceitável para aqueles facinorosos que querem ter o campo livre para poder ludibriar a

boa fé deste povo pouco esclarecido.

Esta agressão causou revolta entre nós, principalmente quando já sabemos da conivência que existe entre estes marginais e os policiais civis e militares. Já houve casos de funcionários serem agredidos e os policiais verem e simplesmente ignorarem, virando as costas como se nada estivesse acontecendo.

O diretor do Sindicato, nosso companheiro Wagner Gomes, nos disse no dia seguinte ao desta ocorrência, que teve uma reunião com o gerente de terminais, quando o colocou ao par destes problemas que ocorrem na rodoviária. Estamos aguardando soluções, pois até hoje nada foi feito neste sentido. **(metroviário leitor da TO-São Paulo, SP).**

Onde fica o dinheiro da Prefeitura de Espinosa?

O prefeito de Espinosa não paga seus funcionários há seis meses. Ele alega que não está tendo condições para pagar os salários atrasados. Eu pergunto: onde vai parar o dinheiro que entra na Prefeitura? Só pode ser nos bolsos dos secretários e do prefeito.

Não consigo entender como a Prefeitura não tem grana para pagar seus servidores e o prefeito, Alvcy de Freitas, conseguiu comprar uma fazenda aqui em Espinosa, e construir uma mansão na cidade de Montes Claros, com apenas seis meses de mandato.

No mês de outubro, a Prefeitura convocou seus funcionários para pagar, mas apenas meio salário de fome (salário

mínimo). É um absurdo os empregados trabalharem seis meses sem receberem nada e quando vão reclamar seus direitos a Prefeitura quer pagar apenas 15 dias. Já se ouve dos funcionários a idéia de fazer uma greve para ver se eles conseguem receber seus salários atrasados.

Há muitos pais de família que estão passando fome, pois sobreviverem do salário da prefeitura, que eles não vêem há bastante tempo. Não sei ainda onde vamos parar se esta situação não for resolvida. Enquanto o prefeito enriquece ainda mais às custas do povo, os funcionários estão na miséria. **(P.P.J.C.-funcionário da prefeitura, leitor da TO-Espinosa, Minas Gerais).**

Em oito cartas publicadas nesta semana, nada menos que seis foram escritas por operários. De qualquer forma, merece especial atenção o relato do funcionário da Caloi (São Paulo) sobre a violência da polícia contra os trabalhadores a mando do patrão. Só porque eles protestavam contra o excesso de horas-extras que eram obrigados a realizar. Além disso, a carta do vice-presidente do Sindicato dos Vidreiros chama a aten-



fala o POVO

ção para a importância do trabalho unido do operariado e outros setores pela conquista da liberdade.

(Olívia Rangel).



Desempregados de Sumaré ocupam terras

Os desempregados do município de Sumaré, na região de Campinas, resolveram invadir as terras da Usina Tamoio, que na realidade atualmente estão nas mãos do governo, pois a Usina entrou em falência por pedir dinheiro emprestado do governo e não ter restituído.

Quando os desempregados começaram a roçar a terra, os policiais chegaram para reprimir. Mas eles resistiram. Houve inclusive disparo de tiros por parte da polícia, que quase acertou um padre que ajudava a população sofrida.

Os desempregados continuam trabalhando a terra na Usina, enquanto suas famílias

estão em Sumaré passando fome e sofrendo doenças. São 45 mulheres e crianças desamparadas.

Na missa do bairro do Matão foram arrecadados 150 quilos de mantimentos para as famílias e a população continua arrecadando alimentos, remédios, etc., numa grande demonstração de solidariedade.

A população de Sumaré, que participou ativamente da campanha eleitoral de novembro de 1982, neste momento precisa do apoio do Estado, pois a situação está cada vez mais grave para os desempregados. **(Maria Conceição-Sumaré, São Paulo).**

Professores de Bacabal realizam I Seminário

A Associação de Professores de Bacabal, Maranhão, realizou o I Seminário de Educação, onde foi discutida a problemática da Educação no país, no Estado e no município.

O mesmo contou com a presença de bom número de professores da rede estadual, municipal e particular, além de 10 professores do município vizinho Lago Verde e representantes dos municípios de Vitorino Freire e Olho d'Água das Cunhãs.

Todos os presentes concluíram que a Educação no Brasil precisa urgentemente ser reformulada e o professorado necessita de melhores salários

a fim de exercer condignamente sua profissão. Na oportunidade foi elaborado um documento ao Governador do Estado, solicitando o teto mínimo de três salários para o professor.

Na abertura do Seminário estiveram presentes a Secretária Regional e a Secretária Municipal de Educação, a Diretora da Merenda Escolar, representantes da Universidade, do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio e da Associação dos Enfermeiros, o vereador do PMDB Francisco Lira e a vereadora Maria Rivalda Carvalho, também do PMDB. **(do correspondente em Bacabal, Maranhão).**

Sasazaki não paga nem mesmo salário mínimo

A Sasazaki S.A. Comércio e Indústria é uma firma conhecida por todos que residem aqui em Marília. Entretanto, internamente, esta organização pouco tem feito para diminuir a insatisfação dos funcionários. Em primeiro lugar, quem precisar usar o banheiro privativo tem que pedir a chave ao chefe, pois a porta encontra-se sempre fechada para evitar a sujeira que, segundo alegam, é feita de propósito.

Além disso, a pessoa que pegar a chave tem o nome registrado pelo assistente do chefe, ninguém sabe porque. E o limite máximo de uso é de 20 minutos. Outro problema é que não está sendo respeitado o piso

salarial dos metalúrgicos. Há muitos operários, pais de família, que recebem apenas Cr\$ 23.000,00. Não chega nem ao salário mínimo!

Houve falecimento de um colega recentemente e a firma só permitiu que fosse ao enterro quem concordasse em ter descontado do seu salário as horas paradas. Não sei qual foi a demonstração de solidariedade da firma para com a família do falecido, mas penso que ao menos poderiam ter dispensado alguns funcionários para acompanharem o enterro. Afinal, foi uma pessoa que dedicou grande parte de sua vida à firma. **(um operário insatisfeito-Marília, São Paulo).**

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O exemplo de Teotônio

Teotônio Vilela tornou-se um nome querido de todos os brasileiros. O velho ex-senador marcou os últimos anos de sua vida por um combate intransigente ao regime militar e a todas as tentativas de desviar a luta democrática para o terreno da conciliação. Ao mesmo tempo revelou um desprendimento e uma coragem exemplar ao enfrentar o câncer que lhe roubava a vida dia-a-dia.

LIMITES DE CADA UM

O que pôde fazer com que um homem das classes dominantes, usineiro do Nordeste, e político inicialmente ligado ao partido do governo, enveredasse por um caminho tão decidido em favor da liberdade e dos direitos do povo?

Os indivíduos agem no mundo dentro das condições que encontram. São livres para tomar um ou outro caminho mas dentro dos limites que a realidade lhes impõe. Ou seja, agem de acordo com a época em que vivem e de acordo com a classe a que pertencem — mas ao mesmo tempo sofrem influência das outras classes, uma vez que na sociedade não existem compartimentos inteiramente estanques, impermeáveis.

O fator objetivo que pode levar a uma pessoa como Teotônio a abandonar as posições reacionárias e retrógradas de sua origem latifundiária é o aguçamento das contradições sociais no país, que conduz a uma cisão no próprio interior das classes dominantes. Certos segmentos sentem que a orientação traçada pelo governo, por defender de forma extremada outros setores dominantes que se apossaram da máquina estatal, contraria os seus próprios interesses de classe. Por isto, passam para a oposição e podem engrossar a luta democrática.

O PAPEL DO POVO

Mas Teotônio não ficou apenas nisso. Foi muito mais longe. Por suas qualidades pessoais, como homem estudioso e atento às transformações sociais, percebeu o papel do povo e sua força. Saiu então dos limites estreitos da política dos conchavos e lançou-se corajosamente na tarefa de mobilizar as massas. Tornou suas bandeiras populares em favor da anistia, do fim do regime militar e da defesa da soberania nacional.

Mais do que isto, o velho alagoano percebeu que sua vida não era o centro do mundo e sem temer o câncer que o atormentava, dedicou o último período de sua existência à causa social.

Para os trabalhadores, este exemplo deve alertar para duas questões: em primeiro lugar para a justeza de uma política ampla, de unidade de todas as correntes oposicionistas e do povo contra o regime militar, contra a concepção estreita de certos grupos que encaram as classes como blocos compactos sem possibilidade de rupturas. Em segundo lugar para a necessidade de uma luta de idéias vigorosa, que não se restrinja às fileiras proletárias e populares mas que chegue a todas as camadas sociais, inclusive às classes dominantes, denunciando o arbítrio e defendendo a liberdade, combatendo a exploração e levantando bem alto a bandeira da revolução e do socialismo.

SERVIÇOS À LIBERDADE

Desta forma é possível isolar e colocar na defensiva os reacionários, aprofundar as lutas entre as diversas correntes dentro das classes dominantes e fortalecer as tendências mais democráticas. E em particular fortalecer certos homens, com qualidades especiais, como Teotônio, que podem prestar imensos serviços à causa da liberdade e da democracia.

Essa força tanta, essa coragem civil

“De onde essa força tanta, essa coragem civil?”, perguntam Milton Nascimento e Fernando Brant, pela voz de Fafá de Belém, na música que fizeram em homenagem ao Senador da Anistia, Teotônio Vilela. O enterro do bravo “Menestrel das Alagoas”, em Maceió, foi uma resposta: trabalhadores, donas-de-casa, sindicalistas, democratas, os brasileiros oposicionistas foram homenagear o combatente da liberdade — que não morreu. Virou semente.

Logo que a notícia da morte de Teotônio Vilela se espalhou por Maceió, na tarde de domingo, dia 27, os acessos ao bairro do Farol, onde fica a casa do ex-senador, ficaram engarrafados. À noite o corpo foi levado para a Assembleia Legislativa, onde seria velado.

Até o dia seguinte chegariam a Maceió admiradores de todo o país, governadores, parlamentares, sindicalistas, artistas, intelectuais. A variedade de audiência de Teotônio, em vida, compareceu para vê-lo na morte, reafirmando o que o Brasil inteiro cantava: Teotônio Vilela foi uma dessas unanimidades nacionais.

O cartunista Henfil chegou a Maceió na noite de domingo, e não saiu de perto do caixão desde o velório até o sepultamento. Deu um emocionado depoimento à *Tribuna Operária*:

— Olha, se você reparar bem nessa multidão que está aqui — e se reparar no enterro — você vai ver que isso aqui não é nenhuma despedida a alguém que morreu. Porque agora mesmo é que nós ouvimos e nos alegramos mais com suas coisas características, com sua gargalhada, com o seu ‘ora, ora, ora’. É agora mesmo é que vão tremer mais os tiranos e também aqueles que choravam lágrimas de crocodilo por ele. Teotônio não morreu. Cada um dos que estão aqui é o Teotônio. Então, o que você vai ver não é um sepultamento, é o plantio de uma semente, que aliás já vem florescendo há algum tempo...”

“Agora mesmo é que os tiranos vão tremer”

Amanhecia a segunda-feira e se formou uma fila que tomava toda a praça em frente à Assembleia para ver o corpo do Senador da Anistia. Ninguém foi trabalhar e o governador teve que decretar ponto facultativo. Bastante abatido — era a sua primeira aparição pública, recém-saído de uma operação — Dom Avelar Brandão vinha celebrar a missa em honra ao irmão. A essa altura a multidão era tão grande que o caixão teve que ser posto na escadaria da Assembleia e a multidão ficou na praça. Lá no fundo uma grande faixa dizia: “Viçosa enlutada traz o adeus a seu grande filho”.

Dom Avelar começou seu sermão: “Esse gigante do saber agora tomba.



30 mil pessoas seguraram o cortejo por 13 kms

Mas o povo, a quem ele tanto amou, há de levantar sua pregação pelo país afóra. Teotônio morre com a consciência do dever cumprido. Que a sua peregrinação não tenha sido inócua”. O cardeal pediu que o povo cantasse o Hino Nacional, e a multidão o entoou com uma força poucas vezes vista.

Encerrada a missa, o povo juntou-se e tomou toda a rua do Sol, início do trajeto para o cemitério. Quando o cortejo começou a sair, ouviu-se nos alto-falantes a música “Menestrel das Alagoas”, de Milton Nascimento e Fernando Brant. A voz de Fafá de Belém era acompanhada pela multidão, que irrompia em palmas ao ouvir trechos como “Quem é esse saltimbanco, que fala em rebelião, como quem fala de amores para a moça no portão?” E no final da música, quando a voz do próprio Teotônio diz que “minha vida nesses anos tem sido o roteiro da Liberdade”.

O percurso até o cemitério, cerca de 10 km., era para ser realizado em ônibus e carros. Mas a multidão resolveu acompanhar a pé. Isso atrasou em quase 3 horas o sepultamento. Calcula-se que, fora as pessoas que ficavam nas calçadas vendo o féretro passar, umas 30 mil pessoas estiveram no Parque das Flores. Sem contar, ainda, as inúmeras mensagens, vindas de todas as partes do Brasil e do exterior, como da Anistia Internacional, comitês de refugiados políticos em vários países, e parlamentos. Praticamente todos os seto-

res organizados de Alagoas estiveram presentes.

O tempo todo sem arredar pé do lado do caixão, Helena Rocha, enfermeira do Hospital das Clínicas de São Paulo que tratou Teotônio desde maio do ano passado, deu seu depoimento à *TO*: “Ele lutava contra o câncer com uma força de vontade incrível, nunca vi outro paciente assim. Acho que foi isso que o sustentou durante tanto tempo. Era tão forte que sobreviveu à sua própria indisciplina: muitas vezes interrompia o tratamento e saía pelo Brasil, sem médico acompanhando, para não faltar a comícios, palestras, essas coisas. Ele lutou até o fim”.

No cemitério das Flores, já cheio de gente horas antes do cortejo chegar, a *TO* colheu depoimentos que dão idéia da dimensão de Vilela:

Aldo Arantes, ex-presidente da UNE, ex-preso político, deputado federal pelo PMDB de Goiás: “Todos os democratas deste país devem se inspirar no exemplo do Teotônio. Eu o conheci na prisão, durante sua caminhada pelos presídios políticos na época da Anistia. Ali pude compreender sua visão sobre o papel do povo na luta política, que ele fez crescer na luta pela Anistia e, agora, na luta pelas eleições diretas para presidente. Teotônio não conciliava com o regime arbitrário e vende-pátria. Essa atitude transformou-o no ponto de convergência das aspirações nacionais”.

Hardoldo Lima, também ex-preso político e deputado federal pelo

PMDB baiano: “Com a morte de Teotônio Vilela, o Brasil perdeu o homem que estava mais preparado para vir a ser o presidente da República, em eleições diretas que ele com certeza nos ajudaria a conquistar, e que nós conquistaremos. Eu conheci Teotônio em 1979, no cárcere. Conversamos durante três horas, e ele, ao sair, afirmou: ‘Acabo, de visitar todos os presos políticos do país, e declaro que não vi nenhum terrorista nos presídios. Vi, sim, pessoas idealistas, lutadores, que receberia de bom grado em minha casa. E não posso dizer isto em relação a muitos ministros’”.

“Um processo rico de evolução política”

Eduardo Bomfim, líder do PMDB na Assembleia Legislativa de Alagoas: “O que mais destacou Teotônio perante o povo, no meu entender, foi esse respeito que ele sempre teve pelo movimento popular e seu papel decisivo na luta política geral em curso. Ele fazia questão de afirmar que os democratas e patriotas devem se unir ao movimento popular e buscar na força da mobilização das massas a legitimidade necessária para a conquista de um novo Brasil, que nós conquistaremos partindo do seu exemplo”.

Luís Inácio Lula da Silva, presidente nacional do PT: “Desde a Anistia, passando pelas greves do ABC até a luta pelas eleições diretas, ele se sobressaiu como, quem sabe, um dos mais capazes políticos brasileiros. Primeiro porque gostava do povo, segundo porque não tinha medo do povo, ia a qualquer manifestação, sem seguranças, sem medo. Foi um dos maiores políticos deste país”.

Francisco Pinto, secretário Geral do PMDB: “Sempre tive a maior dificuldade em conviver com aqueles que fizeram 1964. Teotônio Vilela foi a exceção honrosa. Ele nos ensinou pelo exemplo e pela palavra, num processo rico de evolução política, chegando a se transformar na figura maior das oposições. Temo até que, sem ele na direção, e se não houver presença de bases, o PMDB possa se transformar no partido da conciliação”.

Fafá de Belém, cantora, intérprete de “Menestrel das Alagoas”: “Eu espero de todo coração que este povo brasileiro assuma com firmeza e coragem a luta que o Menestrel assumiu até o fim da vida”.

Passava das 4 horas da tarde quando o cortejo chegou ao cemitério. A banda da PM começou a tocar a Marcha Fúnebre, mas o povo aplaudia e gritava: “Teotônio está vivo!” De um canto, partiu uma revoada de pombos, símbolo da Anistia. E o povo aplaudia mais. Entre as cores de flores enfiadas de toda parte, uma do Comitê Central do PC do Brasil honrava a memória do “grande democrata e patriota”. (da sucursal).



1978: Teotônio Vilela ingressa no PMDB; 1979: como presidente da CPI da Anistia, visita todos os presos políticos e encabeça a luta para libertá-los; 1980-81: acompanha as lutas operárias do país (na foto, com Aurélio Peres); 1982: presente na campanha dos candidatos populares em Alagoas, e logo após a operação que daria início a seu combate ao câncer.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista São Paulo — CEP 01318. Telefone: 36.7531 (DDD 011) Telex: 01132133 TLOPBR. Jornalista responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ALAGOAS: Arapiraca: Praça Marquês da Silva, Ed. Artur F. Neto, Apto. 312 — CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000.

AMAZONAS: Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000.

BÁHIA: Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 — CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 216 — Centro — CEP 44100. Itabuna: Av. Juracy Magalhães, 180, Sala 204 — CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar — Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A — CEP 44060. Salvador: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro — CEP 40000.

CEARA: Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 203 CEP 60000. Sobral: Av. Dom José, 1236, Sala 4 — CEP 62100.

DISTRITO FEDERAL: Brasília: Edifício Venâncio IV, Sala 312 — CEP 70302.

ESPIRITO SANTO: Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, Sala 2 Centro 1 Cachoeiro — CEP 28300. Vitória: Av. Vitória, 961, Forte São João — CEP 29000.

GOIÁS: Goiânia: Rua 27 N° 69 — Centro — CEP 74000.

MARANHÃO: São Luís: Rua do Machado, 174, Centro — CEP 65000.

MATO GROSSO: Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548, Fone: 321.5095 — CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL: Campo Grande: Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15, CEP 79100.

MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Av. Amazonas, 491, Sala 817, Fone: 224.7805 CEP 30000. Juiz de Fora: Galeria Constança Valadarez, 3º Andar, Sala 411 — CEP 36100.

PARÁ: Belém: Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — CEP 66000.

PARAÍBA: Campina Grande: Rua Venâncio Nery, 318 1º Andar. CEP 58100. João Pessoa: Rua Padre Meira, 30, Sala 108 — CEP 58000.

PARANÁ: Curitiba: Rua Martin Afonso, 370 — CEP 87000. Londrina: Rua Sergipe, 891, Salas 7 e 8 — CEP 86100.

PIAUI: Teresina: Rua Eisele Martins, 1130, 1º Andar — CEP 64000.

PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vigário Batista, 236 — CEP 54500. Garanhuns: Rua 13 de Maio, 85 1º andar, sala 3 — CEP 55300. Recife: Rua Sossogo, 221, Boa Vista — CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Fonseca e Silva, 1096, Sala 202, Aecrim — CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL: Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29 — CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dr. Montauray, 658, 1º Andar, sala 15 — CEP 95100. Pelotas: Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 — CEP 96100.

RIO DE JANEIRO: Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 — CEP 20000. Rio de Janeiro: Rua Carvalho de Souza, 155, loja F, Madureira — CEP 20000. Niterói: Av. Amiral Peixoto, 370, sala 807 — CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 — CEP 25000. Nova Iguaçu: Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605 — CEP 26000.

SÃO PAULO: São Bernardo do Campo: Rua Tenente Sales, 229, sala 32 — CEP 09700. São Caetano do Sul: Rua Sta. Catarina, 39, Sala 303 — CEP 09500. Campinas: Rua Regente Feijó, 592 — CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180, 1º Andar — CEP 17500. Piracicaba: Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367 — CEP 13400. Ribeirão Preto: Rua Sergipe, 119 — CEP 14100. Santos: Av. D. Pedro II, nº 7 — CEP 11100. São José do Campo: Rua Sebastião Humel, 185, Sala 7 — CEP 12200. Taubaté: Rua Souza Alves, 632 Sala 5 — CEP 12100.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Pentecoste, 236, loja 8, Tel. 263.7400, São Paulo-SP.

Bomba contra Amazonas

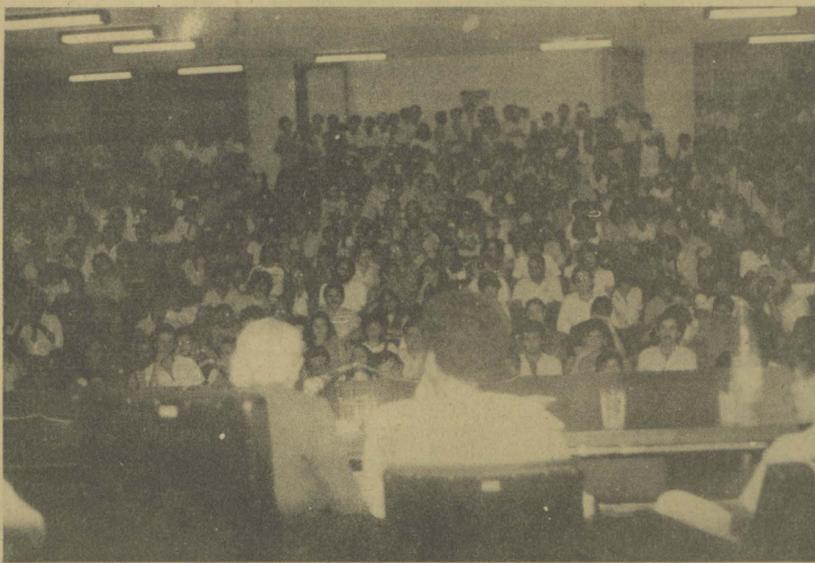
"Eis a saudação dos desesperados". Assim o dirigente comunista João Amazonas comentou a explosão da bomba, ocorrida durante conferência que proferia, no último dia 25, para cerca de mil pessoas, na Escola de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. O tema da palestra foi "As saídas para a crise" e era parte de um ciclo promovido por várias entidades sindicais do Estado.

Amazonas denunciou a profunda crise em que o regime atirou o país e deu como exemplo as atuais negociações com o chamado Clube de Paris, que "revelaram a irresponsabilidade e o alheamento do governo face a questões tão sérias. O ministro da Fazenda entrou nas negociações considerando a dívida de 2,3 bilhões de dólares. Os credores corrigiram na hora: a dívida era de 3,8 bilhões. A que situação chegamos! Nem mesmo o ministro da Fazenda sabe a quantas anda o Brasil em matéria de empréstimos, que ele confessa estavam avilizados pelo governo ou por órgãos oficiais.

Falou da necessidade da "ruptura definitiva com o malfadado regime militar... Nossa pátria não pode continuar a ser um feudo em que alguns senhores, dispendo das armas da nação, mandam e desmandam, fazem o que bem entendem, beneficiando os grandes monopólios, em especial os estrangeiros, e sobrearregando de tormentos mais de cem milhões de brasileiros".

É o fim do regime, pois a nação já não o aceita mais

Sobre as tentativas de consenso, o dirigente do



Estudantes, operários e populares ouviram atentamente a palestra de João Amazonas

Opinião

Barrar o terror fascista!

O terrorismo no Brasil já tem uma longa história de sangue. Passando pela tortura e pelo assassinato de inúmeros patriotas nas salas do Doi-Codi, até o assassinato de Da. Lyda Monteiro e da monstruosa tentativa de jogar uma bomba entre milhares de jovens no Riocentro.

Mas se, diante da reação popular e democrática, o terror foi obrigado a recuar, seus executores permanecem impunes, sem exceção. E os mandantes, como é exaustivamente sabido pelo povo, continuam nos postos-chave do regime militar. A tal ponto sentem-se donos

do poder, que acabam de promover a general o coronel Job Lorena, do Riocentro.

Desmantelar o regime militar e seu aparato repressivo, apontar publicamente e punir os responsáveis pelo terror é tarefa essencial dos democratas. Não por revanchismo, mas para liquidar suas raízes e impedir que tais crimes voltem à cena. A bomba contra João Amazonas, assim como a de O Estado de S. Paulo, mostram que os opressores em desespero voltam à carga. É urgente segurar esta mão assassina.

Partido Comunista do Brasil foi incisivo: "Não se conseguirá pôr fim ao regime militar por meio da conciliação, do denominado consenso, dos diálogos à margem do povo. O único acordo possível é o da entrega do poder, sem condições, ao povo... Não há conciliação possível entre a democracia e o arbítrio. O meio-termo não existe: ou se conquista a liberdade ampla,

põem-se nas mãos do povo os destinos do país, ou se caminhará coxeando, apoiando-se numa perna democrática e em outra autoritária. E nesse caminhar ambíguo, quem padece é o Brasil, é a nação escravizada aos espoliadores..."

Sobre o impasse no processo da sucessão presidencial, João Amazonas afirmou: "O general Figueiredo, acenando com a possi-

bilidade de eleições diretas, o que pretende é negociar. Tem em vista conseguir consenso para o chamado mandato-tampão a ser exercido por ele mesmo ou por outro general durante dois ou três anos, findos os quais haveria eleições diretas... se é que haveria. Mais quatro ou cinco anos de poder militar — que terrível perspectiva para o Brasil! Equivocamos, porém, os donos do po-

der. A nação não os aceita mais, o regime militar chegou ao fim. Lutemos por eleições diretas, direito democrático do povo, preparando-nos ao mesmo tempo para a eventualidade de uma crise de poder a curto ou médio prazo".

Durante os debates, Amazonas saudou a atuação patriótica de Teotônio Vilela, e um membro do Comitê de Apoio aos Povos da Nicarágua e de El Salvador fez um discurso contra a tentativa de invasão do imperialismo norte-americano à Nicarágua.

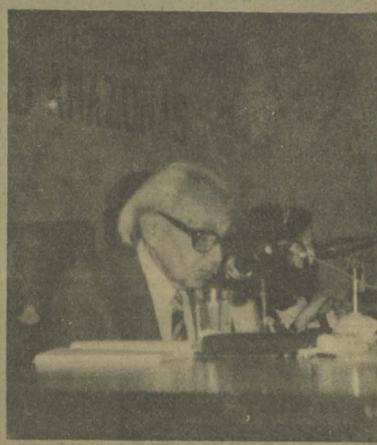
Terrorismo não intimidou o povo

Durante a palestra de João Amazonas, explodiu uma bomba na lixeira do prédio da Faculdade de Direito, arremessando longe a porta do compartimento. Além do estrondo, para intimidar os participantes do ato, tudo indica que o objetivo era atingir a caixa de eletricidade, próxima ao local, cortando o sistema de iluminação e de som. E se alguém estivesse passando por perto na hora da explosão, poderia ficar gravemente ferido.

Mas os terroristas não conseguiram seus intentos. Depois de entoar a palavra de ordem "um, dois, três, quatro, cinco mil, viva o Partido Comunista do Brasil", os presentes ouviram a exposição do dirigente comunista e até às onze horas da noite participaram de uma viva troca de idéias, com perguntas e intervenções de diversas pessoas.

Sobre o atentado terrorista, Amazonas comentou: "A bomba que explodiu em Belo Horizonte é um ato de desespero da oligarquia que governa o país. Tem a mesma origem do atentado do Riocentro, do ataque assassino à OAB, da explosão do pátio do jornal O Estado de S. Paulo. E se relaciona também com a estúpida decretação de medidas de emergência em Brasília.

"Sem condições de conter o impetuoso movimento democrático que se estende por toda parte, os interessados no continuísmo recorrem aos métodos terroristas ou de exceção. Visam a intimidar as forças populares, democráticas e patrióticas, calar as denúncias das roubalheiras e da vergonhosa submissão do Brasil



Amazonas: são os mesmos do Riocentro

aos banqueiros internacionais, particularmente os norte-americanos. Com esse procedimento criminoso, conseguem apenas unir mais a nação, decidida a pôr termo ao regime militar arbitrário, antinacional e antipopular".

Como o gato escondido com o rabo de fora, logo depois da explosão da bomba os órgãos de informação tratavam de minimizar o caso, dizendo que era apenas uma explosão com fogos de artifício. Aliás, no caso da morte de Da. Lyda Monteiro na OAB-Rio, no Caso do Riocentro e em outros atentados, embora não fossem fogos de artifício, estes mesmos órgãos de informação até hoje não foram capazes de desvendar o "mistério".

Uma intensa programação em Minas Gerais

Aproveitando sua passagem por Belo Horizonte, o dirigente comunista participou de vários encontros e discussões com sindicalistas e líderes políticos. Foi recebido em audiência pelo governador Tancredo Neves, com quem trocou idéias sobre a situação política do país. Durante a sua programação esteve acompanhado por Sérgio Brito, membro

da Comissão Estadual pela Legalização do PC do Brasil.

Amazonas compareceu ao Encontro Nacional das Mulheres do PMDB, no qual foi saudado pela vereadora baiana Lídice da Mata e recebido pela platéia com o coro: "Fora o Imperialismo e Viva o Socialismo". Esteve também no Encontro das Mulheres de Contagem, durante o qual ficou vivamente emocionado pelos depoimentos das mulheres, na grande maioria representantes da classe operária e do povo.

Polícia agride ocupantes

Cerca de 300 policiais desalojaram, na manhã do dia 25, os moradores que haviam ocupado o Conjunto Habitacional do Ipesp, na Zona Leste de São Paulo. Com extrema selvageria, os PMs espancaram homens, mulheres e crianças. Muitas vítimas tiveram que ser internadas nos hospitais. Nove moradores detidos foram soltos devido à reação popular em frente à delegacia.

A permanência dos ocupantes no Conjunto do Ipesp durou apenas seis dias. Já na noite de 24 para 25, os moradores ficaram em vigília, prevendo o surgimento da polícia, pois dois dias antes o juiz Antero Lopergolo havia aceitado a liminar de despejo. Na roda em torno de uma fogueira, na entrada do Conjunto, um ocupante comentava: "Todo mundo já dormiu de roupa e botina para descer quando a polícia chegar".

Não demorou muito. Por volta das 7 da manhã, chegaram seis caminhões com três batalhões de soldados da PM, além de um ônibus com 28 policiais femininas. Imediatamente os 500 moradores — na maioria crianças — se reuniram em frente ao Conjunto e começaram a cantar o Hino Nacional. Os PMs fizeram uma primeira investida, mas diante da barreira humana recuaram, dividiram-se em três grupos e cercaram os ocupantes.

Os moradores gritavam "Soldado aí fardado, você também é explorado", ou "Soldado irmão, não entre nessa não". Alguns PMs ficaram bastante constrangidos. Um soldado afirmou: "Eu só torço para não correr sangue de nenhum lado. Eu sei o que é isso, tenho



Elgito (acima) denuncia os métodos nazistas na agressão da PM contra homens, mulheres e crianças do Conjunto Ipesp

quatro crianças e do jeito que vai, eu vou acabar com essa gente em algum lugar".

PM não respeitou nem as mulheres e as crianças

Mas a pancadaria começou logo a seguir, não respeitando nem mesmo mulheres ou crianças. Um dos elementos da Comissão dos Moradores recorda: "Eu tomei muita porrada, estou com a cabeça cheia de galos. A minha mulher levou dois. Um soldado afirmou: "Eu só torço para não correr sangue de nenhum lado. Eu sei o que é isso, tenho



da. Minha sogra ainda está com a marca roxa na perna de um chute do policial". Um outro, Wilson Alves Fiuza, conta que uns dez policiais saíram ao seu encontro e começaram a lhe bater: "Me deitaram no asfalto com um pé no pescoço e outro nas costas. Perdi os sentidos e quando acordei eles estavam tentando me algemar".

Entre gritos e choros, as mulheres tentavam furar o bloqueio policial, mas eram agredidas com cassetetes. Uma criança saiu com o

crânio fraturado. Maria Aparecida dos Santos, grávida de seis meses e com uma criança de um ano no colo, levou uma cassetada na barriga.

Os vizinhos apoiaram ativamente os ocupantes dos prédios do Ipesp. Um motorista de praça conta que uma vizinha não deixou a polícia lhe pegar: "Ela me escondeu dentro de sua casa e impediu que os policiais entrassem, dizendo que ali não tinha nenhum marginal, só trabalhador". Mas vários outros não tiveram a

mesma sorte, foram presos e encaminhados ao 32º Distrito Policial. Dentro de 30 minutos, o Conjunto do Ipesp estava desocupado e os oficiais de Justiça arrastaram as portas dos apartamentos a chutes, para em seguida os soldados retirarem os móveis.

Enquanto isso, várias pessoas do bairro Guaianazes mobilizavam-se para exigir a soltura dos presos. Um deles era Elgito Boaventura, presidente da União dos Moradores da Vila 1ª de Outubro, preso por que

que estava no Conjunto dando seu apoio aos ocupantes. Vários dos detidos apresentavam ferimentos de cassetetes e mais tarde tiveram que ser medicados no Pronto Socorro. Elgito afirmou que "a polícia agiu da maneira dos nazistas".

Mas a arrogância dos chamados "homens da lei" foi quebrada quando centenas de populares chegaram em caminhões, kombis e ônibus em frente à delegacia. Diante daquela situação, o delegado liberou os nove ocupantes do Ipesp

que estavam detidos.

Grande parte dos desalojados ficaram dois dias no local do despejo, até que a Cohab liberou 60 casas-embrião do Pró-Morar, em Sapopemba, para eles morarem. Lá estão em precárias condições, sem água encanada e luz. As crianças ficaram traumatizadas, como a pequenina Geórgia, de quatro anos, que viu o pai ser espancado. Sempre que ele sai, ela chora e lhe diz: "Pai, não vai deixar a polícia bater, não".

"Vamos processar a PM e cobrar posição do PMDB"

Quem assume agora esta violência gratuita que foi repudiada por toda a sociedade? Durante a pancadaria vários PMs faziam questão de afirmar que "a ordem é do governador Montoro". Num encontro deste com o deputado Benedito Cintra, do PMDB, e Elgito Boaventura, Montoro explicou que a ordem dessa ação não partiu do Palácio dos Bandeirantes e que já mandou abrir um inquérito para apurar a responsabilidade.

Sabe-se que existe uma manobra articulada dos setores ligados ao governo federal nos órgãos de repressão para estimular ações deste tipo, na tentativa de desgastar o governo do Estado. Montoro vacila e não denuncia de público estas artimanhas, passando a imagem de convívio com estas atitudes e abrindo espaço para outras agressões do povo. Elgito esclarece que "nós vamos processar a PM e exigirmos um posicionamento do PMDB". (Domingos Abreu e Nenê).